

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

Caroline Silveira Sarmento

**O GÊNERO NA RUA:
UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO COM AS MULHERES EM
SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO ALEGRE**

PORTO ALEGRE
2017

Caroline Silveira Sarmento

**O GÊNERO NA RUA:
UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO COM AS MULHERES EM
SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO ALEGRE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrice Schuch

PORTO ALEGRE
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Prof^a. Dr^a. Jane Fraga Tutikian

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Prof^a. Dr^a. Claudia Wasserman

Vice-Diretora: Prof^a. Dr^a. Maria Izabel Saraiva Noll

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Chefe: Prof^a. Dr^a. Cornelia Eckert

Vice-Chefe: Prof^a. Dr^a. Ceres Gomes Víctora

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Dr. Jean Segata

Coordenador Substituto: Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves

FICHA CATALOGráfICA

S246g Sarmento, Caroline Silveira

Gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre / Caroline Silveira Sarmento; orientação Patrice Schuch. – Porto Alegre: UFRGS / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

91 f.

1. Antropologia. 2. População de rua. 3. Gênero. 4. Tecnologias de governo. I. Título. II. Schuch, Patrice

CDU 572

Departamento de Antropologia

Av. Bento Gonçalves, 9500 – Prédio A3, Bloco III, Sala 106 – Campus do Vale

CEP: 91509-900 – Porto Alegre/RS

Telefone/fax: (51) 3308-6636

E-mail: deptoas@ufrgs.br

Caroline Silveira Sarmento

**O GÊNERO NA RUA:
UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO COM AS MULHERES EM
SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO ALEGRE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Examinada em 16 de janeiro de 2018.

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Patrice Schuch (Orientadora)

PPGAS/UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Ceres Gomes Vítora

PPGAS/UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Rochele Fellini Fachinetto

PPGS/UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

A escrita de um trabalho acadêmico é uma atividade solitária, mas o percurso até chegar ao final nem sempre é. Agradeço todas as pessoas que estiveram comigo nesse período, nos quatro anos do curso de Ciências Sociais e as que me acompanham desde muito antes.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me acolher novamente e por permitir que eu encontrasse nesta segunda graduação a verdadeira alegria de estudar.

Aos servidores técnico-administrativos da UFRGS pela competência com que sempre atendem nossas demandas. Aos trabalhadores terceirizados cujas tarefas desempenhadas são pouco valorizadas, mas que contribuem imensamente para nosso dia a dia na Universidade.

Às queridas colegas da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, Rossana D'Alessandro Kosciuk e Jéssica Nunes, pela parceria e por tornarem o trabalho tão leve e agradável.

À Patrice Schuch, pelas muitas oportunidades e convites. Por aceitar orientar esse trabalho mesmo com as mudanças que propus. Pelo constante aprendizado, desde o primeiro dia de aula no curso até aqui, no final. Pela paciência, dedicação, apoio e delicadeza com que sempre tratou a mim e minhas dificuldades.

Às admiráveis professoras que tive o prazer de encontrar nesse curso, que além de serem exemplo de dedicação ao ensino, são também inspiração como pessoas: Rochele Fellini Fachinetto, Lorena Cândido Fleury, Caroline Silveira Bauer, Jussara Reis Prá e Ceres Gomes Víctora. Rochele e Ceres, sou grata também por aceitarem gentilmente compor a banca deste trabalho. Ao professor Jean Segata, por nesse último semestre de curso ter me apresentado referências antropológicas e propiciado ricas discussões, que contribuíram bastante para esse trabalho.

Aos queridos Elissandra Siqueira da Silva, Ciça Richter, Rosina Duarte e Marcelo, por disporem um pouco do seu tempo nas entrevistas, tão valiosas para esse trabalho.

Às futuras colegas do PPGAS Helena Fietz, Andressa Soilo, Helena Lancellotti e Juliana Cuzzo pelas referências, textos, ideias e apoio no processo de escrita e em outras ocasiões também.

À Márcia Metz, amiga e bibliotecária, pela leitura crítica e ajuda com a normalização desse trabalho.

Às amigas que o curso de Ciências Sociais me presenteou: Leidiane Pias Dias, Camila Santos, Ângela Camana, Guga Ceolin, Gabriela Pedroni e Iara Passos. Ao Taylor de Aguiar, que veio antes e será companhia na formatura. Em especial, agradeço à Tatiele Mesquita, primeira pessoa com quem conversei na sala de aula, amiga querida que segurou todas as barras nesses quatro anos. Obrigada Tati, pelas madrugadas fazendo trabalhos, por ler meus

escritos, por aguentar meu choro, pelos abraços apertados, por regar minhas plantas, por me amar como sou. Se me fosse dada permissão de entregar meu diploma para alguém, eu entregaria para ti, pois tu merece mais do que qualquer pessoa. Mas logo teu diploma chega, que orgulho. Ninguém segura quem vem de casa de madeira, amo-te!

Aos melhores amigos que eu poderia ter nessa e em outras vidas: Zuleika Branco e Daniel Silva. Vocês são meu sol.

Ao Yuri Victorino, por apostar em mim, por sempre me empurrar pra frente. Pelo amor, pela companhia, por me levar café da manhã na cama todos os dias nos últimos oito anos. Por me dar “a sorte de um amor tranquilo” que eu tanto quis.

À minha irmã, Carla Sarmento, por tudo que já fez por mim – o que não é pouco. Obrigada pelo apoio moral e financeiro nessa vida acadêmica, mas principalmente por acreditar em mim.

À minha mãe, Iara Sarmento, por ser minha fortaleza. Pelo apoio, ânimo, confiança e amor. Obrigada por fazer o impossível para me dar tudo que precisei. Não fosse assim, eu não estaria aqui te agradecendo no segundo TCC. Agradeço por muito mais, que nunca vão caber em palavras.

Agradeço de todo coração aos colegas do *Jornal Boca de Rua* – repórteres e colaboradores. Em especial, às mulheres. Sem as quais esse trabalho não se realizaria do modo como se realizou. Obrigada, gurias, por abrirem seus corações comigo. Agradeço a parceria, a escuta e o carinho.

Muitas fugiam ao me ver
Pensando que eu não percebia
Outras pediam pra ler
Os versos que eu escrevia

Era papel que eu catava
Para custear o meu viver
E no lixo eu encontrava livros para ler
Quantas coisas eu quiz fazer
Fui tolhida pelo preconceito
Se eu extinguir quero renascer
Num país que predomina o preto

Adeus! Adeus, eu vou morrer!
E deixo esses versos ao meu país
Se é que temos o direito de renascer
Quero um lugar, onde o preto é feliz.

Carolina Maria de Jesus

A morte não existe, Besouro
A morte é viver debaixo da bota dos outros

Filme Besouro

A todas as mulheres que vivem ou viveram em situação de rua.

A todas as mulheres negras e pobres.

À Rita de Cássia Pereira de Souza (em memória).

RESUMO

Este trabalho tem como tema as formas de gestão da população de rua no Brasil e, mais especificamente, o objeto de análise se concentra nos modos pelos quais a dimensão de gênero atua na rua. A pergunta de pesquisa que se pretende responder está relacionada em como a experiência da rua não pode ser vista como homogênea e de que forma a dimensão de gênero recorta as políticas na área e é constitutiva da experiência da rua. A metodologia se concentra na etnografia, em observação participante e na realização de entrevistas. Para compor o aporte teórico, são mobilizados três principais temas: o debate antropológico em torno da situação de rua no Brasil, a discussão de gênero em relação às mulheres em situação de rua e a gestão da população de rua. Apresentam-se narrativas em torno da biografia de Rita, uma mulher que viveu em situação de rua, com intuito de retratar os diferentes percursos pelos quais a população feminina de rua passa especialmente no que se refere aos modos de gestão do Estado.

Palavras-Chave: População de rua. Mulheres em situação de rua. Gênero. Tecnologias de Governo.

ABSTRACT

This work aims studying the management of the street population in Brazil, more specifically, the object of analysis it focuses on the ways in which the gender dimension acts on the street. The research question that is intended to answer is related in how the experience of the street can not be seen as homogeneous and how the gender dimension cuts policies in the area and is constitutive of the experience of the street. The methodology focuses on ethnography, participant observation and interviews. To compose the theoretical basis, three main themes are mobilized: the anthropological debate around the street situation in Brazil, the discussion of gender with respect to street women and the management of the street population. It shows narratives about Rita biography, a woman who lived in a street situation, with the intention of reporting the different routes by means of the female population of the streets, especially with regard to state management methods.

Keywords: Homeless population. Homeless women. Gender. Government technologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de ...	29
Foto 1 – Donas sem casa.....	31
Foto 2 – Rita.....	58
Foto 3 – Bate papo com o “Boca” na UFRGS.....	60
Foto 4 – Rita na Câmara de Vereadores com o dedo em riste.....	68
Foto 5 – Rita em ilustração.....	70
Foto 6 – Rita grávida ao lado de Alessandra.....	75
Foto 7 – Rita e Caroline.....	80
Foto 8 – Convite da Missa de Sétimo dia de Rita.....	82
Foto 9 – Sararau sem Rita.....	83
Foto 10 – Rita no coração.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 PERCURSO METODOLÓGICO: motivações e inserção em campo.....	20
1.1 <i>Jornal Boca de Rua</i> como espaço de atuação acadêmica engajada.....	26
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	35
2.1 Debate antropológico.....	35
2.2 O gênero e as mulheres em situação de rua.....	45
2.3 Gestão da população de rua.....	50
3 UMA PEDRA NO LAGO.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	86

INTRODUÇÃO

"A gente ficou na frente da polícia pra eles não pegarem ela. Eles empurravam e a gente empurrava de volta, pra não deixar eles pegarem ela. Aí chegou mais uma viatura, os cara pediram reforço. A gente começou a tocar coisa neles e eles vieram pra cima. Chegou mais polícia e a gente não conseguiu impedir. Fizemos um tumulto, mas no final eles levaram ela embora." (DIÁRIO DE CAMPO, 10/06/2016)

As dinâmicas e singularidades das pessoas em situação de rua têm despertado maior interesse nos pesquisadores nos últimos anos, seja no âmbito acadêmico ou nos governos, especialmente locais. As pesquisas de cunho quali-quantitativo na cidade de Porto Alegre, por exemplo, vem demandando esforço por parte da prefeitura em contratar consultoria especializada para efetivá-las, particularmente nas duas últimas décadas. Muitas das vezes os consultores selecionados para este trabalho são também aqueles profissionais, antropólogos e sociólogos, que se dedicam ao tema da população de rua em suas pesquisas acadêmicas, como é o caso de Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen, que coordenaram as três últimas pesquisas dessa natureza. A última realizada em 2016 'Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre', sobre a qual trarei mais informações no decorrer desse texto, encontrou na capital gaúcha 2115 pessoas vivendo nas ruas.

A despeito da visibilidade produzida por pesquisas como essa, cujos resultados foram relativamente bastante divulgados nas mídias, a própria população de rua enfrenta dificuldades cotidianas e torna públicas suas denúncias de constantes violações de direitos. Uma das principais demandas é a implementação da Política Nacional para a População de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 2009, assinado pelo Presidente Lula e que tem como princípios, além da igualdade e equidade:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e
- V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Além das dez diretrizes:

- I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;
- III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

- V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;
- VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e
- X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos (BRASIL, 2009).

Este decreto foi bastante comemorado pela população de rua, em que pese suas normativas e os objetivos serem constantemente reivindicadas por eles. Importante mencionar o parágrafo único da Política, que conceitua população de rua:

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

A partir da inserção no Projeto de Extensão da Antropologia da UFRGS intitulado “Direitos Humanos, Moralidades e Subjetividades nos Circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua”, coordenado pela professora Patrice Schuch, no ano de 2015, pude ter um contato mais aproximado com pessoas em situação de rua. E foi esse contato que originou a intenção de produzir o presente trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais tendo como tema pessoas em situação de rua, em particular as formas de gestão dessa população no Brasil, através das tecnologias de governo e seus modos de gerir essa população, as intervenções que se destinam a regular os sujeitos e problemáticas (FONSECA; et al., 2016).

O espaço que se constituiu como o campo dessa pesquisa foi o *Jornal Boca de Rua*, publicação feita por pessoas em situação de rua em Porto Alegre, que será abordado com mais detalhes no próximo capítulo. Tenho participado das reuniões semanais do Jornal de modo intermitente desde maio de 2015 e foi a partir de então que me dediquei a realizar observação participante tanto nesse espaço quanto em atividades externas que envolvem a população de rua. A etnografia é outra técnica de pesquisa através da qual o trabalho se desenvolve, inspirada a partir da intensa participação no *Boca de Rua* e propiciada pelos registros em

diários de campo. Conforme afirma V́ictora (2011), quando se opta por realizar uma etnografia, frequentemente só temos certeza de qual a sua dimensão após a conclusão da pesquisa. Para além de estimativas de tamanho de amostra ou quantificações, a autora se refere ao fato de que “a matemática da pesquisa qualitativa está relacionada com uma lógica de (ir)regularidades, não necessariamente com números de casos contabilizados” (V́ICTORA, 2011, p. 108). Assim, considerando as irregularidades da pesquisa qualitativa, a proposta não é contabilizar casos, mas sim descrever narrativas que se constituem como relevantes para as pessoas em situação de rua.

Mobilizada pela temática de gênero, desde o início da participação no Projeto de Extensão dediquei atenção especial às mulheres em situação de rua, suas demandas e especificidades. Foi a partir do olhar para as mulheres que o depoimento que está na epígrafe desta introdução chegou até mim: o relato da internação compulsória de uma mulher em situação de rua, gestante, a poucas semanas do parto.

A gente ficou na frente da polícia pra eles não pegarem ela. Eles empurravam e a gente empurrava de volta, pra não deixar eles pegarem ela. Aí chegou mais uma viatura, os cara pediram reforço. A gente começou a tocar coisa neles e eles vieram pra cima. Chegou mais polícia e a gente não conseguiu impedir. Fizemos um tumulto, mas no final eles levaram ela embora. (DIÁRIO DE CAMPO, 10/06/2016)

Seu nome é Rita e o ocorrido despertou horror em todos seus amigos e conhecidos. Despertou também o propósito de realizar essa pesquisa. A inserção no Projeto de Extensão, que irei abordar com mais detalhes no próximo capítulo, antecedeu e ao mesmo tempo provocou o interesse na pesquisa com as mulheres em situação de rua.

Desse modo, o objeto deste trabalho está relacionado aos modos pelos quais a dimensão de gênero atua na rua; e em como o Estado gere as mulheres que vivem em situação de rua. São duas as perguntas de pesquisa que almejo responder no decorrer desta escrita: considerando o campo de debates sobre o assunto – as questões de gênero –, como a experiência da rua *não* pode ser vista como homogênea e de que forma a dimensão de gênero recorta as políticas na área e é constitutiva da experiência da rua? A primeira pergunta poderia ser considerada uma hipótese de pesquisa, pois afirma a não homogeneidade da experiência da rua. Entretanto, propositalmente parto desta afirmação dada como uma forma de não essencializar e de trazer a multiplicidade de vivências dessas mulheres.

Como este trabalho se desenvolve no intuito de colaborar com o debate antropológico em torno da população de rua e na tentativa de lançar luz para as questões que envolvem as mulheres em situação de rua, a relevância acadêmica está na construção de uma problemática

que promova a intersecção dessas duas temáticas, gênero e antropologia. No debate antropológico, que apresentarei no segundo capítulo, é possível notar a ausência da questão de gênero nas pesquisas que se debruçam sobre população de rua. Entendo que a relevância social e política desse trabalho está na oportunidade de levar para as discussões clássicas de gênero – debates feministas, encontros e teorias – a população de rua feminina. A busca por interseccionar ambos os temas, conforme argumentarei na seção sobre gênero e situação de rua, pode ser uma arma potente para construção de uma lógica mais justa tanto para a agenda feminista quanto para a(s) luta(s) da população de rua.

Com base nas perguntas de pesquisa que já expus anteriormente, acrescento outra questão: as demandas, discussões e problemáticas seriam as mesmas para homens e mulheres em situação de rua? A experiência de campo desta pesquisa aponta que não. Ambos os gêneros possuem questões em comum, como dificuldades em acessar políticas habitacionais, tensões quanto ao uso de equipamentos de abrigagem¹, dificuldade no atendimento de saúde, violência policial, etc. No entanto, mulheres em situação de rua enfrentam ainda questões que só são experienciadas em função da dimensão de gênero. “Com tanta mulher vivendo na rua aí pra ele pegar, foi estuprar logo uma criança, que pouca vergonha!” (SARMENTO, 14 nov. 2017) ouvi essa frase de Ruth, mulher em situação de rua, em recente conversa sobre um morador de rua que, acusado de pedofilia, foi rechaçado pelo grupo com o qual compartilhava a mesma praça. Segundo Ruth, antes de ser preso, o rapaz em questão, levou uma surra dos ex-colegas de praça por ter cometido o ato de estuprar uma criança.

A frase de Ruth demonstra a naturalização da violência de gênero no cotidiano dessas mulheres. Nas discussões feministas sobre assédio comumente se afirma que o corpo da mulher não é público, contudo parece que em relação àquelas que fazem da rua (público) o seu espaço privado (moradia) essa é uma afirmação ingênua. Narrativas de violência física e sexual são comuns entre as mulheres com as quais conversei durante o campo desta pesquisa e muitas das vezes, assim como Ruth, elas relatam os casos com o que parece ser naturalidade (ou resignação?) e por vezes em meio a risadas, achando engraçado “bah o Zeca é foda abaixou minhas calças enquanto eu tava dormindo haha” (SARMENTO, 15 mar. 2016, 2017).

Durante os quase três anos que compreendem o período de trabalho de campo, me deparei com narrativas de mulheres em situação de rua sobre a falta de serviços oferecidos para elas. Conforme mencionarei no capítulo seguinte, a partir de uma série de denúncias

¹ De acordo com dados do Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS, as principais motivações para não usarem albergues e abrigos se referem a: regras rígidas, falta de liberdade, suspensão; forma de tratamento recebidas; horários e dificuldade em conseguir vagas.

realizei um mapeamento das políticas públicas para as mulheres, muito na tentativa de compreender como essa população era percebida pelo poder público.

Sobre análise antropológica de políticas públicas Cris Shore (2010, p. 25) afirma “considero que hay mucho que ganar al volver la mirada analítica de una disciplina sobre las prácticas y supuestos de otra, [...] este ejercicio puede generar nuevas perspectivas sobre viejos problemas”. Inspirada no autor é possível afirmar que as maneiras como as políticas são objetivadas e utilizadas fornecem uma compreensão crítica dos princípios de organização que estrutura a sociedade e, desse modo, analisar as narrativas das mulheres em situação de rua sobre políticas públicas fornece subsídios para compreender as ferramentas que moldam a maneira de se comportar dos indivíduos e das organizações (SHORE, 2010, p. 26).

Para compreender por que funcionam ou não as políticas, é preciso saber como elas são recebidas e experienciadas pelas pessoas afetadas por elas, visto que elas refletem certas racionalidades de governo (SHORE, 2010). Pensando na racionalidade dos governos e em como suas ações ou omissões conformam certas vidas, é preciso considerar que um dos aspectos mais importantes da formulação das políticas públicas como afirma Shore (2010, p. 36) “es la forma en que las *políticas construyen nuevas categorías de subjetividade* y nuevos tipos de sujetos políticos, particularmente conceptos modernos del individuo” e como através das próprias políticas, os indivíduos são objetivados e a eles são atribuídas categorias como cidadão, pessoa em situação de rua, mulher em situação de risco, etc.

O risco de cair na armadilha da simplificada dicotomia Estado–população de rua é grande quando o esforço de compreensão se coloca apenas de um lado. Tensionamentos são importantes nesses casos para provocar reflexões produtivas para a população com a qual estamos dialogando. Desse modo, Shore faz uma importante afirmação “las políticas públicas nos proveen de lentes para estudiar y explorar profundamente los mundos de los mismos formuladores de políticas, y no simplemente estudiar a las personas a quienes las políticas están dirigidas” (SHORE, 2010, p. 33).

Constitui intenção dessa pesquisa perceber os efeitos da atuação do Estado, por meio de políticas públicas ou não, na conformação das mulheres em situação de rua enquanto corpos que podem ser anulados. Pretendo, para tanto, apresentar várias narrativas sobre a biografia de Rita, mulher negra que viveu em situação de rua e teve forte presença nos espaços pelos quais passou. Procuo, a partir dela, entender como o gênero pode ser um acionador de invisibilidade das mulheres em situação de rua. Considerando os silenciamentos das políticas com relação às mulheres, a partir das narrativas que trarei na sequência dos capítulos, o efeito do gênero viria acompanhado da morte social delas, que assim como

Catarina², são desfeitas, refeitas e destruídas. E o registro dessa morte é sancionado “relacionalmente e burocraticamente, o humano, o mental e o químico tornam-se cúmplices: seu entrelaçamento expressa um senso comum que autoriza que alguns vivam e outros não” (BIEHL, 2005, p. 27).

Seguir o enredo da vida de Rita – que se assemelha à Catarina também por não ser considerada uma exceção “mas sim como uma entidade padrão” (BIEHL, 2005, p. 23) – nos permite:

capturar a lógica das infra-estruturas cotidianas que fazem com que certas vidas ganhem forma e outras sejam impossibilitadas. E também nos ajuda a iluminar este estranho processo subjetivo que faz com que o abandonado, apesar de tudo, continue antecipando uma outra chance de vida. Aqui somos confrontados com as realidades que estão entre ou além das estruturas formais de governo e medicina que determinam o curso de vida de um número crescente de pobres que não fazem parte de nenhum mapeamento ou política específica e que lutam para sobreviver em vão (BIEHL, 2005, p. 14-15).

Resguardando algumas diferenças entre Biehl e Mintz, que acompanharam e contaram a história de vida de uma única pessoa, Mintz afirma que:

Taso não é, a meu ver (e nem ao seu próprio, acredito), representativo de Porto Rico, de trabalhadores, ou mesmo da classe trabalhadora rural de Pano Rico - se o que "representatividade" significa é "média". Taso se destaca de seus semelhantes por sua inteligência e articulação extraordinárias. Contudo, eu insistiria em que Taso é representativo de seu tempo, de seu lugar e de seu povo, precisamente porque sua narrativa pessoal, enriquecida por sua perspicácia incomum, incorpora a experiência de uma comunidade, uma região e um país, sendo que cada uma delas em níveis de realidade e de abstração algo diferentes (MINTZ, 1984, p. 55).

A história de Rita, assim como a de Taso, é potente porque revela suas experiências como incorporadas à história da sociedade em que ela viveu e também como a sociedade a incorporou. Alguns dos locais pelos quais Rita passou também podem ser consideradas zonas de abandono, são “simbióticas com domicílios e serviços públicos em transição. Elas absorvem indivíduos considerados sem valor e que não têm mais laços familiares ou recursos para o próprio sustento e tornam sua reabilitação impossível e sua morte iminente” (BIEHL, 2005, p. 17). Reconheço que Rita, assim como Taso, não necessariamente possa ser considerada típica ou representativa das mulheres em situação de rua. Ainda que Rita seja influenciada pelas mesmas questões que tocam outras mulheres, ela consegue mobilizar particularidades por meio de suas experiências de vida.

² Mulher cuja história de vida foi acompanhada por João Biehl, conforme mais detalhes que apresentarei no decorrer do texto.

Considerando que abordagens biográficas se caracterizam pelo compromisso com a história e seu processo de lembrar “com o qual a vida vai sendo revisitada pelo sujeito [...] a memória é algo presente na existência do homem, o que implica numa valiosa importância de seu resgate cuidadoso e ético” (SILVA et al., 2007, p. 27), procurei apresentar as narrativas em torno da trajetória de Rita com o cuidado necessário, especialmente pelo fato de que, diferente da realização de história de vida – quando a própria pessoa representada fornece as informações –, ela não estava presente.

A despeito da minha convivência com Rita no *Jornal Boca de Rua*, para ajudar a reconstruir as narrativas acerca de sua biografia, entrevistei pessoas que tinham estreita relação com ela: Elissandra Siqueira da Silva, Ciça Richter, Rosina Duarte e Marcelo. A escolha por essas pessoas se deu justamente pela relação próxima com Rita e pelo fato de que Elissandra e Ciça conviveram com ela em projetos distintos e em ambientes externos ao *Boca de Rua* – Elissandra no Me Apóia Aí e Ciça no MNPR-RS³ e Centro Pop⁴ 1. A decisão de escutar Rosina ocorreu por ela ser fundadora do *Boca de Rua* e ter presenciado a inserção de Rita no Jornal. Já Marcelo foi entrevistado pela relação antiga com Rita e por sempre em nossas conversas comentar sua percepção sobre a diferença entre as mulheres e homens que vivem nas ruas, afirmando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

Conversei informalmente com alguns integrantes do *Boca de Rua* e coletei histórias de meu diário de campo. Conte também com trecho de diário de campo de Tiago Lemões da Silva, conforme descrevo no terceiro capítulo e tive acesso a um áudio de entrevista dada por Rita para um grupo de estudantes de Pedagogia da UFRGS em 2016. Os elementos trazidos por cada uma dessas pessoas, em especial a entrevista da própria Rita, permitiram reconstituir de modo singelo e emocionante várias narrativas sobre sua biografia.

Desse modo, apresento a estrutura do presente trabalho, dividido em três capítulos:

³ O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) se constitui como um movimento de luta e reivindicação dos direitos da população de rua, organizado e liderado por homens e mulheres em situação ou com trajetória de rua, com o apoio de estudantes, pesquisadores e profissionais dos serviços públicos organizados a nível nacional. O estopim para a criação do MNPR foi o conhecido Massacre da Sé, em 2004, quando seis moradores de rua foram brutalmente assassinados no centro de São Paulo, e nove foram gravemente feridos. Em virtude do Massacre, o dia 19 de agosto se tornou um importante marcador de memória das violações e foi estabelecido como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Disponível em <www.jornalismob.com/2014/08/04/movimento-nacional-da-populacao-de-rua-divulga-carta-em-apoio-ao-reordenamento-da-fasc/>. Acesso em 13 out. 2017.

⁴ Os Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua são unidades públicas voltadas para o atendimento especializado à população em situação de rua e devem ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, e realizar atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua. Disponível em: <mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop>. Acesso em: 30 nov. 2017.

O primeiro capítulo é dedicado ao percurso metodológico, onde exponho inserção em campo, contextualizo o próprio campo da pesquisa e trago algumas narrativas de mulheres em situação de rua.

O segundo capítulo trata do referencial teórico. Inicialmente apresento o debate antropológico brasileiro acerca da população de rua, em seguida faço uma discussão sobre as questões de gênero e, por fim, discuto as formas de gestão dessa população.

No terceiro capítulo apresento Rita, através de histórias narradas por múltiplos atores, para buscar compreender os processos pelos quais ela passou no decorrer de vida e como tais processos conformaram sua biografia.

1 PERCURSO METODOLÓGICO: motivações e inserção em campo

Julgo necessário dizer quais foram as motivações que me fizeram ter interesse em trabalhar com pessoas em situação de rua, em especial com as mulheres. De início a aproximação com as pessoas em situação de rua não tinha como objetivo resultar em um trabalho acadêmico, eu estava muito mais mobilizada por questões pessoais. Contudo, no decorrer do curso de Ciências Sociais percebi que a etnografia, enquanto ferramenta metodológica, possibilitaria trabalhar em conjunto com essas pessoas e ainda assim construir uma pesquisa acadêmica, tendo em vista que a tradição etnográfica se transformou em expressão de uma forma de produção de conhecimento engajada e até mesmo militante (ROCHA; ECKERT, 2008).

Esta escrita não se pretende neutra e por essa razão alia motivações acadêmicas e pessoais. A potencialidade da etnografia permite a convergência e comunicação entre esses dois universos – o pessoal e o científico, a pessoa e o pesquisador –, como forma de qualificar a produção de conhecimento, o que pode não ocorrer em outras áreas, que impõem o distanciamento entre o campo de pesquisa e a vida cotidiana do pesquisador. Desse modo, a interação com a população estudada é condição da pesquisa etnográfica, “não se trata de um encontro fortuito, mas de uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos cotidianamente” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 3). Relação essa que venho construindo nos últimos três anos com o *Jornal Boca de Rua*, que se constitui como espaço principal do campo desta pesquisa.

Para além de uma relação utilitarista de estudante que procura um grupo para realizar uma pesquisa, percebi, afora nossos laços se estreitando, que eu estava sendo afetada (FAVRET-SAADA, 2005) pelas mesmas questões de tocavam aquelas pessoas em situação de rua com as quais passei a conviver cotidianamente. A noção de “afecção” de Favret-Saada foi conformada a partir da pesquisa da autora sobre feitiçaria no Bocage Francês.

No início de sua experiência em campo, que durou um ano, nenhum dos interlocutores que interagiu com a autora discutia com ela sobre feitiçaria. Isso só ocorreu quando os camponeses achavam que ela estava enfeitiçada ou então que ela era uma desenfeitiçadora. Isto é, ao ser afetada pelas mesmas forças que afetavam seus interlocutores, se estabeleceu uma “comunicação não voluntária e desprovida de intencionalidade”, fazendo com que ela aceitasse ocupar um lugar no sistema da feitiçaria.

quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Até porque nenhum dos camponeses jamais teve a ideia de conversar com Favret-Saada simplesmente por ela ser etnógrafa. Ao aceitar deixar-se afetar pela feiticeira, a autora viveu uma aventura pessoal fascinante, contudo em nenhum momento se resignou a não compreender (FAVRET-SAAADA, 2005, p. 158). Essa me parece ser uma questão central a qual busco apreender, mesmo que eu viva experiências pessoais incríveis com as pessoas em situação de rua no campo da pesquisa, ainda assim posso manter a postura de compreensão analítica daqueles processos.

A inquietação provocada inicialmente por entrar em contato com situações de grandes dificuldades para as pessoas em situação de rua, como as constantes violações a que são submetidas e, em especial com as mulheres, que relatam frequentemente casos de violência, se configurou em reação. Reação que veio através do trabalho de comunicação, reflexão e denúncia do cotidiano das pessoas em situação de rua no *Jornal Boca de Rua*, do qual participo como colaboradora – atuação como contrapartida realizada por muitos estudantes que procuram o Jornal para realizar seus trabalhos acadêmicos. Proponho também como parte dessa reação que os resultados desse trabalho possam ser apreendidos, apropriados, debatidos, contestados e utilizados por vários públicos, além do âmbito acadêmico – no sentido que Didier Fassin (2013) estabelece como etnografia pública. O intuito é disseminar para diferentes grupos as conclusões de uma etnografia analisada à luz do pensamento crítico, para que essa circulação de conhecimento promova reflexão e ação, e que possa contribuir para uma transformação do modo como o mundo é representado e experienciado (FASSIN, 2013).

Desse modo, ao refletir sobre as questões que envolvem as mulheres em situação de rua, busco evidenciar as “práticas e valores na produção dos modos de governar e diferenciar vidas, populações e indivíduos” considerando que essas questões também “estão em sintonia com debates e reflexões de muito interesse público” (SCHUCH, 2016, p. 161) e, assim, fazer da presente pesquisa um experimento de etnografia pública.

Ao entrar em contato com uma série de narrativas sobre violações de direitos, que no âmbito do *Boca de Rua* se configura como denúncia jornalística, na escrita de um trabalho acadêmico este pode gerar insegurança, principalmente no que tange à exposição das pessoas envolvidas. Claudia Fonseca nos faz refletir sobre as questões éticas referentes à tentativa

proteção de nossos interlocutores, as pessoas com as quais dialogamos em campo. A autora afirma que o uso de nomes fictícios não garante o anonimato aos informantes “porque a descrição densa depende da riqueza dos detalhes contextuais tanto do local, quanto do indivíduo” (2008, p. 45), o que não impede que pessoas próximas do contexto etnográfico possam reconhecer os personagens, nomeados ou não. Ainda assim, considerando que o pesquisador tente se equilibrar em uma corda bamba - procurando garantir a riqueza de detalhes que mantém fidelidade ao texto etnográfico, ao mesmo tempo em que exerce uma vigilância constante aos limites éticos de sua ousadia (FONSECA, 2008) –, optei por utilizar nomes fictícios para as pessoas em situação de rua nesta pesquisa. A única exceção é Rita.

O percurso até a chegada à graduação em Ciências Sociais aconteceu meio ao acaso. Formada em Biblioteconomia desde 2009 e atuando no mercado de trabalho, me dediquei a realizar algumas leituras despreziosas sobre gênero, muito mobilizada pelas discussões feministas nas quais me vi envolvida. Virtualmente, por meio de blogs, tive contato com mulheres cujas pesquisas no âmbito da pós-graduação muito me interessavam. Elas vinham de diversas áreas das Ciências Humanas, como Educação, Psicologia, Letras, Sociologia, História, etc. Entretanto, fazer pós-graduação parecia algo muito distante para mim, assim como havia sido anteriormente a própria graduação. Não parecia algo palpável. Fiz vestibular em 2004 na tentativa de escapar do cansativo trabalho no comércio varejista, em muitas ocasiões, humilhante. Escolhi Biblioteconomia, pois havia/há um bom mercado de trabalho que eu vislumbrava a época como uma excelente alternativa. Trabalhar no comércio e estudar na UFRGS foi complicado, mas após seis anos de curso, coleei grau. O diploma resolveu meu problema com relação ao mercado de trabalho, porém trouxe outro: o trabalho não me fazia feliz.

Então, passados alguns anos e tendo feito leituras de pesquisas de outras mulheres, passei a cogitar a possibilidade de me dedicar academicamente a estudar algo relacionado à mulher, feminismo e gênero. Na dúvida sobre qual programa de pós-graduação na área de Ciências Humanas seria o mais adequado, em 2014 ingressei na graduação em Ciências Sociais, tendo em vista a possibilidade de interação com três ciências que me interessavam, a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política.

Logo no começo do primeiro semestre de curso, soube da existência do projeto de extensão já mencionado da Antropologia “Direitos Humanos, Moralidades e Subjetividades nos Circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua”, coordenado pela professora Patrice Schuch, e fiquei bastante curiosa sobre as atividades do projeto. Isso porque poucos meses antes junto com minha melhor amiga, Zuleika Branco, eu havia colocado em prática o

Sandubandarilho – projeto social que contemplava escuta empática, atividades interativas de entretenimento e disponibilizava alimento junto à população de rua de uma praça na zona central de Porto Alegre. Esse era um plano antigo, há muitos anos conversávamos sobre a vontade de fazer algo com os moradores de rua, mas não sabíamos como ou o quê. O objetivo era que o Sanduba nos aproximasse das pessoas para, assim, conversar e entender de que modos poderíamos ajudar. Na época não fazíamos ideia de que havia um movimento social organizado da população de rua e foi através do contato que fizemos com as pessoas por meio do Sanduba que tomamos conhecimento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RS) e conhecemos melhor o *Jornal Boca de Rua*.

Percebi no Projeto de Extensão a possibilidade de atuar com a população de rua também no âmbito acadêmico e não apenas a partir do projeto social. Participei de uma atividade no Campus do Vale e de algumas reuniões do MNPR-RS, ambas a convite de Bruno Fernandes, colega da graduação e bolsista do Projeto de Extensão. Na época não havia vaga no Projeto de Extensão e eu ainda trabalhava como bibliotecária, por essas razões não foi possível ingressar no projeto, mas dois semestres depois me tornei bolsista.

O Projeto de Extensão tinha como objetivo geral estabelecer um programa de colaboração e de efetivação de ações com os agentes, coletivos e órgãos de intervenção envolvidos na implantação das políticas e promoção dos direitos humanos para as pessoas em situação de rua em Porto Alegre/RS. A atuação por parte dos bolsistas ocorria regularmente em três espaços: *Jornal Boca de Rua*, Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RS) e Escola Porto Alegre (EPA). O trabalho nos permitia acompanhar e realizar atividades que repercutiam na formação de um conjunto de ideias em torno dos direitos das pessoas em situação de rua, a partir das próprias experiências dos envolvidos.

A intenção era que o Projeto envolvesse Pesquisa aliada à Extensão e, nesse sentido, procuramos discutir textos que subsidiassem nosso fazer na prática. Previamente aos encontros ora quinzenais, ora mensais, o grupo – que era composto por colegas da graduação e da pós-graduação cujas pesquisas se relacionavam com a população de rua, como Pedro Leite e Calvin Furtado⁵ - realizava leituras de artigos e textos antropológicos sobre o tema,

⁵ No trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais intitulado “Na luta com os peregrinos: uma etnografia experimental com a população em situação de rua de Porto Alegre”, apresentado em 2016, Pedro Leite discutiu sua aproximação com o MNPR-RS e com o *Jornal Boca de Rua* e discorreu sobre como foi afetado pela luta por direitos da população de rua e pelos vínculos que construiu com eles. Abordou os processos reflexivos desses sujeitos para se relacionar com alteridades outras, que ele propôs ser interpretado como uma antropologia da rua; e estabeleceu como objetos de sua pesquisa as práticas cotidianas de luta política da população de rua, para além dos espaços de mobilização social organizados e de interlocução com instituições e agentes do Estado. Já Calvin Furtado, em dissertação de mestrado do PPG em Políticas Públicas intitulada “Políticas públicas e direitos humanos: o histórico de inserção da população em situação de rua no disque direitos humanos”, de 2017,

produzidos inclusive por pessoas do próprio grupo. Os encontros eram realizados no âmbito do NACi⁶ e se configuravam como um espaço de discussão de textos e de debates acerca dos temas que se colocavam para cada um em seus trabalhos de pesquisa e extensão, além de funcionar como momento de planejamento de atividades e ações em conjunto.

Meu objetivo era criar uma aproximação com as mulheres em situação de rua na tentativa de compreender suas especificidades e dialogar sobre as questões que atingem em particular o gênero feminino. Por essa razão, logo que ingressei no Projeto, demonstrei ao grupo meu interesse em trabalhar com gênero, ao que foi sugerido pela coordenadora realizar um mapeamento das políticas públicas para as mulheres em situação de rua. A investigação acerca das políticas públicas realizou-se em um primeiro momento buscando informações nos sites institucionais da saúde e assistência do município. Não encontrando nenhum dado relevante, entrevistei o responsável pelo Consultório na Rua⁷, que afirmou não existirem políticas públicas de saúde específicas para as mulheres em situação de rua à exceção do pré-natal. No entanto, informou que às mulheres era ofertado atendimento quando precisassem e que elas poderiam retirar pílula anticoncepcional e preservativo diretamente no posto. Em conversa informal com o presidente da FASC⁸ à época, Marcelo Soares, ele confirmou a inexistência de políticas de assistência específicas para as mulheres em situação de rua. Afirmou ainda não ter certeza da relevância devido a um debate dos próprios profissionais da área de políticas públicas sobre ser ou não necessário haver políticas específicas, já que as mulheres poderiam acessar as políticas para o público feminino em geral. Ainda no intuito de mapear as políticas, fiz visitas aos equipamentos de acolhimento, próprios e conveniados com

analisou a inserção da população em situação de rua nas políticas públicas do Brasil a partir da interface entre as políticas públicas e os direitos humanos e o efeito da linguagem dos direitos humanos na prática destes sujeitos, bem como, o efeito de Estado a partir de técnicas de produção de legibilidade e inscrição política de populações. Apresentou os dados produzidos pelo Disque Direitos Humanos e as implicações de uma denúncia de violação de direitos humanos realizada em Porto Alegre, com a intenção de ilustrar a dramaticidade destas tramas sociais.

⁶ O Núcleo de Antropologia e Cidadania tem como principal preocupação examinar os processos de construção da cidadania e da democracia brasileira. Pretende realizar uma análise crítica da noção de cidadania tal como se manifesta em projetos de intervenção entre grupos populares urbanos, rurais e de minorias étnicas em sua intersecção com a produção de legislações e novos "direitos". O núcleo está integrado ao Departamento de Antropologia Social e ao PPG em Antropologia Social da UFRGS. Participam de suas atividades estudantes da graduação, mestrado e doutorado da universidade, pesquisadores egressos da universidade e vinculados a outras instituições, bem como colaboradores de outros núcleos de pesquisa. Periodicamente, o NACi organiza debates com a participação de interlocutores do país e do exterior. Os projetos integram pesquisa, ciências aplicadas e formação de pesquisadores. Temas como migrações, identidade social, etnicidade, direitos étnicos, infância, adolescência, cidadania e direitos humanos têm sido os eixos de discussão constante nas reuniões do núcleo. Disponível em: <<<http://www.ufrgs.br/naci>>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

⁷ O Consultório na Rua foi instituído pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, e visa a ampliar o acesso da população de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.

⁸ Fundação de Assistência Social e Cidadania, órgão gestor da Política de Assistência Social de Porto Alegre.

a FASC, albergues, abrigos e Centros Pop. Nesses espaços foi possível verificar a inexistência de políticas específicas para as mulheres ao mesmo tempo em que elas têm prioridade na entrada nos locais, assim como idosos, pessoas transexuais e pessoas com deficiência.

O mapeamento descrito no parágrafo anterior se realizou em paralelo com as demais atividades do Projeto de Extensão no decorrer do ano de 2015, como a formação do Grupo de Trabalho da Escola Porto Alegre (GT EPA) e a participação no *Jornal Boca de Rua*. Esta última, por ter sido continuada mesmo após o encerramento do Projeto e cuja participação se constitui até hoje como o espaço de campo de pesquisa desse trabalho, será abordada no próximo subcapítulo.

GT EPA

Nossa participação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre⁹ ocorreu por uma confluência de interesses dos profissionais da Escola e bolsistas do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça da UFRGS, para que juntos desenvolvêssemos atividades em alusão aos 20 anos que a Escola comemorava em 2015. Ações na Escola sempre foram muito bem recebidas, mais ainda no contexto da época, de ameaça de fechamento. Em 2014 a Secretaria Municipal de Educação anunciou o encerramento das atividades para o público de EJA e definiu que o local que abrigava a EPA daria espaço para uma Escola de Educação Infantil. A partir desta ameaça de fechamento da Escola, surgiu um movimento por parte da população em situação de rua, a fim de evitar que isto de fato ocorresse. O argumento da Secretaria de Educação era de escassez de vagas para crianças, e os estudantes da EPA seriam transferidos para o Centro Municipal de Educação do Trabalhador Paulo Freire. Quase um ano após o anúncio, a Justiça determinou a proibição de que a Prefeitura de Porto Alegre fechasse a Escola. Além do movimento da própria população de rua pelo não fechamento da EPA – por meio de manifestações, ações e protestos (inclusive a realização de audiência pública na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em outubro de 2014) – houve também uma mobilização de

⁹ A Escola Porto Alegre/EPA foi criada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre - no bojo de uma mobilização da sociedade civil organizada - com o objetivo de cumprir o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, referente a proporcionar o direito à educação às crianças e adolescentes que vivem nas ruas do Centro de Porto Alegre, socialmente excluídos da escolarização formal. A EPA especializou-se no atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade social, fazendo parte da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação, atendendo jovens a partir dos 15 anos de idade para o acesso ao Ensino Fundamental completo desde 2009. Disponível em: <<websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa>>. Acesso em: 12 out. 2017.

grupos externos, como projetos de Universidades e outras instituições parceiras, que se engajaram em atividades com intuito de dar visibilidade e mostrar a relevância da Escola para a comunidade e poder público.

Assim, surgiu o GT EPA com objetivo de ampliar os diálogos e a formação de ações em torno das temáticas: Direitos Humanos, Gênero, Diversidade Sexual e Violência, produzindo atividades que articulassem saberes teóricos e da experiência por parte dos envolvidos (estudantes, professores/as e pedagogos/as). Éramos sete estudantes (2 da psicologia, 1 do mestrado em psicologia social e 4 das ciências sociais) trabalhando em conjunto com a área pedagógica da EPA.

Optamos por inicialmente atuar com os professores da Escola, para que a partir deles pudéssemos discutir os temas com os alunos futuramente. Realizamos então ciclos de diálogos nos espaços próprios de formação dos professores, durante todo o segundo semestre de 2015. Nos encontros foram discutidos: Plano Nacional de Educação, Gênero e sexualidade e tipos de violência e poder. Realizamos ainda um trabalho de escrita sobre como é ser professor na EPA e a dinâmica “jogo das redes”, atividade para a construção coletiva de um artefato em torno das redes de políticas públicas relacionadas à escola, suas lógicas e avaliações possíveis.

1.1 *Jornal Boca de Rua* como espaço de atuação acadêmica engajada

O espaço no qual participei mais ativamente durante o período do projeto de extensão foi o *Jornal Boca de Rua*, que é um dos projetos da ONG Alice – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação –, que consiste em uma publicação realizada e vendida por pessoas em situação de rua, na cidade de Porto Alegre. Ele existe desde o ano 2000 e seus textos, entrevistas, fotos e ilustrações são elaborados pelos componentes do Jornal e o dinheiro arrecadado em sua comercialização é revertido integralmente para as pessoas em situação de rua, constituindo uma fonte alternativa de renda.

Minha participação consistia em frequentar as reuniões de pauta semanais, dar apoio para realização de matérias, entrevistas, reportagens e fotografias. Da dificuldade inicial em conseguir interagir de modo mais produtivo tanto com os homens quanto com as mulheres do Jornal, no decorrer do tempo tornei-me colaboradora – alcunha dada àqueles que fazem parte do Jornal, mas não estão/estiveram em situação de rua e também atividade esperada dos

estudantes que procuram o *Boca* para realizar trabalhos acadêmicos, como forma de contrapartida pela aceitação do grupo.

Finalizadas as atividades de extensão, prossegui no *Boca de Rua*, onde venho trabalhando de modo intermitente desde maio de 2015, é a partir do Jornal que desenvolvo pesquisa acadêmica ao mesmo tempo em que apoio a militância da população de rua. Nesse tempo diversos colaboradores passaram (alguns permaneceram) pelo Jornal, atualmente há oito pessoas desenvolvendo essa função, todas estudantes de graduação: duas de Arquitetura da UFRGS, três de Psicologia (duas realizando estágio obrigatório) também da UFRGS, uma de Letras da UFRGS e uma de Jornalismo da ULBRA.

O Jornal também já foi tema de grande produção acadêmica, de graduação e pós-graduação nas mais diversas áreas do conhecimento, em sua maioria, Comunicação Social, Educação, Letras e Ciências Sociais. Listo abaixo alguns dos trabalhos realizados (e retornados ao Jornal) por autores que conheci no decorrer do tempo em que participo do *Boca de Rua*.

- *Enunciações, Intervenções e Tensões* - experiências com a população em situação de rua, artigo de Bruno Fernandes¹⁰ e Patrice Schuch (2015).

- *Os critérios da rua*: a lógica jornalística e a produção de notícias do Jornal Boca de Rua, de Caroline Pinheiro, trabalho de conclusão do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (2015).

- *Mídia cidadã?*: um estudo do *Jornal Boca de Rua* e a cidadania comunicativa, de Fernanda Bernardon, trabalho de conclusão do curso de Jornalismo da UniRitter (2016).

- *A grande saúde peregrina*: vidas que constituem o *Jornal Boca de Rua*, de Renato Levin Borges, dissertação de mestrado do PPG em Educação da UFRGS (2016).

- Tese de doutorado de Bianca Pasqualini em andamento sobre a linguagem utilizada no *Jornal Boca de Rua*, no PPG em Letras da UFRGS (previsão de defesa no final de 2017).

Todos esses trabalhos foram realizados a partir da participação ativa por tempo prolongado de seus autores no *Jornal*. Estes fizeram questão de retornar ao *Boca de Rua* ao final de suas pesquisas para entregar a versão final de seus textos, fato sempre muito valorizado e demandado pelo grupo.

Diversos outros estudantes passaram pelo *Jornal* com interesse em escrever sobre ele e vários trabalhos não se constituíram em produções como TCCs, dissertações e teses e não

¹⁰ Este colega, já citado anteriormente como participante do Projeto de Extensão, desenvolveu outros trabalhos a partir de sua experiência com a população de rua, e atuou em conjunto comigo e demais colaboradores do *Boca de Rua* de 2014 até recentemente.

foram disponibilizados em repositórios institucionais acadêmicos, por essa razão não será possível citar todos. A isso se acrescenta também o grande número de reportagens realizadas por estudantes de jornalismo e/ou rádio e TV para cadeiras específicas de seus cursos. Em levantamento bibliográfico buscando informações de trabalhos sobre o *Boca de Rua*, encontrei bastante produção da área da Comunicação e alguns de outras áreas como Pedagogia, por exemplo. O *Boca de Rua* também se constitui como um espaço de estágio curricular do curso de Psicologia da UFRGS, com supervisão de Maíra Rieck, e já passaram por essa experiência colegas com os quais trabalhei em conjunto como Leandro Ravel e Sofia Tessler.

No começo do ano de 2016 a jornalista e editora-chefe do *Jornal Boca de Rua*, Rosina Duarte, sugeriu como pauta a realização de uma matéria especial sobre as mulheres. A ideia era inédita: a publicação já tinha mais de 15 anos de existência e aquela era a primeira vez que surgia a proposta de uma reportagem sobre as mulheres em situação de rua, em específico. A sugestão foi aceita pelo grupo e iniciamos sua produção. Diferente do que acontecia nas edições anteriores – a divisão dos grupos para realizar as matérias (cada edição do *Jornal* possui cerca de três grandes matérias mais as notícias, notas, etc.) se dava de acordo com o interesse de cada integrante –, dessa vez todas as mulheres do *Jornal* ficaram no grupo que faria a matéria especial. Participei deste grupo como responsável pela escrita do texto e por propor, junto com a editora-chefe, as questões levantadas para a matéria. Eram cerca de quinze mulheres envolvidas em um trabalho de mais de dois meses de discussão e construção da matéria.

Debatemos as dificuldades de ser mulher e viver na rua, as motivações que as levaram para a rua, as estratégias de sobrevivência e segurança e muitos outros temas.

A construção desta matéria suscitou diversas denúncias por parte das mulheres, desde a dificuldade de acessar equipamentos por falta de vagas, passando pelo precário atendimento dos profissionais desses espaços, até a impossibilidade de retirar anticoncepcionais orais – facilmente acessíveis nos postos para mulheres em geral – e preservativos femininos no Consultório na Rua, ao mesmo tempo em que os masculinos eram facilmente distribuídos. Essas narrativas colocam em contradição o que foi informado pelo Consultório na Rua em entrevista anteriormente citada e retira a possibilidade de autonomia da mulher no que se refere à proteção e anticoncepção.

Ainda para a matéria, muitas mulheres relataram casos de violência física e sexual, tanto advindas da situação de rua, quanto do convívio familiar enquanto viviam em residências. Quando questionadas, quase todas afirmaram terem sido vítimas de estupro, seja

na infância, adolescência ou idade adulta, e algumas declararam esse tipo de violência como um fato frequente do cotidiano de quem faz da rua o seu espaço privado.

Quanto aos motivos que as levaram a viver nas ruas, foram bastante diversos: morte de um ou ambos genitores, perda da casa para o tráfico, brigas com irmãos, violência sexual, fuga de situação de violência constante, etc. Foi possível constatar nos relatos que a grande maioria das mulheres tinha em comum a origem de núcleos familiares pobres.

Denúncia delicada e quase unânime entre as mulheres que já haviam sido mães era o fato de não poderem ficar com seus filhos após o parto. Possivelmente decorra daí a importância do pré-natal como única política de saúde para as mulheres, informação fornecida pelo responsável do Consultório na Rua na entrevista já citada. Foi o que aconteceu também com Rita, conforme comentarei na sequência.

Retirar um filho dos seus pais, ou ameaçar fazê-lo, é a arma absoluta nas mãos do Estado e das sociedades de beneficência para impor as suas regras. A norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 109).

Considerando a retirada dos filhos como essa arma na mão dos agentes estatais, é possível inferir que as mulheres em situação de rua são percebidas e “cuidadas” pelo Estado somente quando do pré-natal, momento em que carregam outra vida consigo, uma vida merecedora de atenção. Pode-se inferir que a grande diferença de doenças percebidas entre gêneros também decorra desse zelo e diligência sobre as gestantes.

Conforme quadro abaixo, cuja fonte é do Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS, pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2016 para a Prefeitura de Porto Alegre, é possível observar a percepção de mulheres e homens sobre sua saúde.

Sexo	Tipos de doenças													
	Doenças de pele	DST	HIV/AIDS	Doença mental	Dependência química/álcool	Doenças respiratórias	Tuberculose	Diabetes	Hepatite	Cardíacas	Dores no corpo	Pressão alta	Problemas nos dentes	Deficiência física
Homens	7,1	5,4	11,3	32,7	61,6	18,7	7,5	3,4	7,5	8,9	41,1	18,3	47,1	12,8
Mulheres	12,3	16,4	29,2	49,3	40,5	43,2	5,5	13,3	12,5	12,2	54,1	30,7	49,3	13,9

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

QUADRO 1 - Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: UFRGS, 2016

É destaque no quadro acima que, em geral, as mulheres se percebem mais doentes que os homens, uma vez que à exceção de “tuberculose” e “dependência química/álcool”, as mulheres aparecem na frente com relação aos tipos de doenças. Além de “dores no corpo”, que pode ser considerado muito amplo, as maiores porcentagens se referem a “problemas nos dentes”, “doença mental” e “doenças respiratórias”, todas acima dos 40%. Num primeiro momento isso pode indicar que as mulheres, mesmo em situação de rua, estão mais propensas ao cuidado com o corpo e a saúde, mas o que chamo atenção é que possivelmente esse número tão alto esteja diretamente relacionado ao zelo por parte do poder público com relação à mulher, esta tão somente enquanto gestante.

Os números de “HIV/AIDS” e “DST” também chamam atenção, pois além de serem doenças ditas como presentes em respectivamente 29,2% e 16,4% das mulheres, são três vezes mais frequentemente percebidas do que na população masculina. Esta maior percepção de incidência de doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS entre as mulheres pode ser corroborada pela matéria da edição nº 59 do *Jornal Boca de Rua*, na qual as mulheres relataram ter dificuldade em retirar anticoncepcionais orais e preservativos femininos no Consultório na Rua (JORNAL BOCA DE RUA, 2016). Por outro lado, a retirada de preservativos masculinos neste mesmo posto de saúde ocorria com facilidade, o que coloca preponderantemente nas mãos dos homens a prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada.

Em uma terça-feira, dia da reunião semanal do *Boca de Rua*, enquanto planejavamos a matéria das mulheres, nos chegou o relato que consta na epígrafe da introdução deste trabalho, que reproduzo novamente na sequência. Carregado de emoção, o relato havia mobilizado vários integrantes do *Jornal* poucos dias antes: a internação compulsória de Rita. Ela estava no final de uma gestação quando iniciamos a matéria. Realizava o pré-natal e já tinha a data do parto agendada quando ocorreu a internação. Uma ambulância e uma viatura da brigada militar chegaram ao local onde ela estava – há diferentes narrativas sobre esse local, alguns afirmam ser no Centro Pop, outras afirmar ser na calçada em frente a esse equipamento, onde normalmente Rita passava os dias e as noites – e tentaram retirá-la à força. Mas não sem a resistência de seus amigos, conforme contou Ronaldo:

A gente ficou na frente da polícia pra eles não pegarem ela. Eles empurravam e a gente empurrava de volta, pra não deixar eles pegarem ela. Aí chegou mais uma viatura, os cara pediram reforço. A gente começou a tocar coisa neles e eles vieram pra cima. Chegou mais polícia e a gente não conseguiu impedir. Fizemos um tumulto, mas no final eles levaram ela embora (SARMENTO, 2017).

O embate e as agressões físicas entre os agentes do Estado e os amigos de Rita dificultaram a ação violenta para internação forçada, mas não foram suficientes para impedi-la. A justificativa foi o uso de drogas excessivo durante a gestação e Rita ficou internada por duas semanas, até que o parto foi realizado. Após o nascimento, ainda no hospital, o bebê foi tutelado a um familiar de Rita.

Tive acesso a várias narrativas sobre essa internação, de integrantes do *Jornal*, de pessoas em situação de rua, de apoiadores do MNPR-RS, de conhecidos de Rita. Todas elas marcadas por indignação e revolta pelo modo violento como ocorreu. Nenhuma dessas pessoas nega a preocupação com o bem-estar do bebê na barriga de Rita, até porque todos sabiam que ela realizava acompanhamento médico pré-natal, contudo, acreditavam que ela não deveria ser tratada de maneira desumana e truculenta.



Foto 1 - *Donas sem casa*. Fonte: Blog *Jornal Boca de Rua* <https://jornalbocaderua.wordpress.com/>

A matéria especial “Donas sem casa” foi capa da edição número 59 do *Boca de Rua*, conforme foto acima, e nela saiu uma nota sobre a internação de Rita, sem citar seu nome. A

violenta internação foi bastante simbólica também pelo momento em que ocorreu, em meio a produção da primeira matéria do *Boca de Rua* sobre as mulheres que fazem da rua o seu espaço privado.

O *Jornal* saiu alguns dias antes da matéria da *Revista Veja* “Bela, recatada e do lar” sobre a primeira dama Marcela Temer. Uma grande coincidência, mas que para nós do *Jornal* veio acompanhada por um debate bastante crítico sobre as diferenças e modos de perceber as mulheres estampadas em ambas as publicações. Essa edição é considerada histórica não apenas pelo fato de ter sido a primeira a abordar as questões femininas da rua, mas também porque obteve um retorno muito positivo dos leitores, a venda superou a tiragem e esgotou antes do prazo previamente planejado, e até hoje é uma das mais comentadas pelo público do *Jornal*.

Foi uma enorme satisfação poder participar tão de perto desta matéria. Suponho que com minhas colocações e conversas no grupo acabei influenciando de certo modo a sugestão dessa pauta. Sempre que possível eu tentava/tento estimular a participação das mulheres nas discussões e espaços de fala. A rua também reflete a sociedade masculina e machista em que vivemos e na maior parte das vezes as mulheres se sentem pouco à vontade para falar, para falar de si, para participar.

Nesse sentido, me sinto próxima delas e percebo que minha relação tanto com as mulheres quanto com os homens do *Boca* é de amizade. Ainda assim, a escrita deste trabalho não foi fácil. A sensação é de que, mesmo trabalhando com o pessoal da rua há bastante tempo, “pesquisá-los” é usá-los. Digo isso porque nesses três anos que faço parte do *Jornal*, vi dezenas de estudantes chegarem lá com objetivo de fazer trabalhos para faculdade (seja produções para disciplinas, TCCs, etc.), conforme já mencionei, entrevistá-los e nunca mais voltarem. A não devolução, o não retorno desses estudantes é visto como desrespeito pelo *Boca* e já presenciei fortes discussões sobre isso. Mesmo tendo deixado bem explicado desde o começo que sou estudante e estava lá por causa da faculdade – mesmo que depois tenha permanecido por motivos também pessoais –, tinha receio de ser vista como alguém que os enxergue como objetos de pesquisa.

Ao longo da minha participação no *Jornal* conversei com vários integrantes sobre minha insegurança, parece que sempre querendo buscar uma aceitação, um sim. Lembro que no começo de 2017 tentei dar detalhes deste TCC ao Douglas, integrante bastante participativo do *Jornal* e do MNPR-RS. Eu cheia de medo comecei a dar várias explicações e ele me cortou (e acalmou): *a gente confia em ti, Carol, não precisa dizer nada.*

A partir dessa conversa, desse voto de confiança fiquei um pouco mais tranquila. Procurei seguir o exemplo do Douglas e confiar em mim como pesquisadora, buscando produzir um trabalho acadêmico com as pessoas em situação de rua e não apenas sobre elas. A potência de uma pesquisa antropológica, o que segundo Tim Ingold (2011)¹¹ diferencia a Antropologia de outras ciências, é a possibilidade de realizar um estudo *com* pessoas e não *de* pessoas, que é o que acredito que estou realizando com esse trabalho:

Antropólogos trabalham *com* pessoas. Imerso com eles em um meio de atividade conjunta, eles aprendem a ver coisas (ou ouvi-las, ou tocá-las) nas formas que seus professores ou companheiros fazem. Uma educação em antropologia, portanto, faz mais do que fornecer-nos conhecimento *sobre* o mundo - sobre as pessoas e suas sociedades. Ao invés disso, ela educa a nossa *percepção* do mundo, e abre nossos olhos e mentes para outras possibilidades de ser (INGOLD, 2011, p. 14-15).

A proposta de desenvolver uma pesquisa *com* as pessoas, *com* o apoio delas, *com* a ajuda delas, *com* a opinião delas, *com* a colaboração delas, é ao mesmo tempo desafiadora e instigante. O desafio se constitui também nas questões éticas, como anonimato e denúncia, conforme mencionei anteriormente, trabalhar com populações vulneráveis como o caso das pessoas em situação de rua, ao escrever um fato a partir da narrativa de uma pessoa, pode-se denunciar órgãos e instituições, e nem sempre o anonimato dá conta de garantir a segurança de quem narra tal fato. É necessária atenção e cuidado para não colocar em risco as pessoas com as quais trabalhamos. Imprescindível também buscar um entendimento generoso do ser humano e descrever as vidas das pessoas com sensibilidade, o que seriam alguns dos objetivos da Antropologia e da Etnografia respectivamente para Tim Ingold (2011).

A sensibilidade e a compreensão movem esse trabalho e minha relação com as pessoas em situação de rua. Mas não só. A partir do contato sincero e verdadeiramente interessado em suas dinâmicas e vivências, veio o engajamento político. Nesse sentido, percebo o processo de realização deste trabalho como uma pesquisa-intervenção, que conforme afirma Boaventura de Sousa Santos (2002) *apud* Romagnoli (2014) se trata de uma:

Intervenção comprometida a dar uma contribuição efetiva para a construção de uma sociedade mais digna, burlando os moldes iluministas que perseguem a neutralidade, a objetividade e a verdade embasada em uma postura apolítica e racional.

¹¹ Tradução e revisão para a língua portuguesa brasileira de Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles (disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1862649/mod_resource/content/1/Antropologia_ao_e_etnografia_-_por_Tim_Ingold\(1\).pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1862649/mod_resource/content/1/Antropologia_ao_e_etnografia_-_por_Tim_Ingold(1).pdf)>) do texto original referenciado nesse trabalho: INGOLD, Tim. Epilogue: Anthropology is not Ethnography. In: _____. Being Alive. Routledge: London and New York, 2011. pp. 229-243.

O intuito é realizar uma pesquisa que não prescindia ou se pretenda neutra, imparcial e objetiva, mas que seja engajada e militante das causas políticas da população de rua. Pretendo com essa pesquisa colaborar de alguma forma com a população de rua, e procuro com isso aproximar os saberes da academia com os saberes da rua.

Tenho como objetivo, no escopo da tentativa de colaborar de alguma forma com as pessoas em situação de rua, que esse trabalho ultrapasse os limites acadêmicos – onde muitas das vezes as dezenas, quiçá centenas de páginas escritas, sequer são lidas pelos pares e permanecem apenas como um item no catálogo da biblioteca. Não quero com isso sugerir que a produção intelectual é irrelevante, contudo, a relevância seria muito mais amplificada se mais atores de meios diversos à academia pudessem ter acesso. Estimular o debate promovido entre públicos diversos, no que Fassin (2013) chamou de etnografia pública, se constitui um desafio e um propósito dessa pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No sentido de que o percurso metodológico, apresentado no capítulo anterior, em associação ao capítulo empírico subsequente possam configurar a presente pesquisa como um trabalho científico, desenvolvo esta fundamentação teórica. Assim, o eixo teórico desta seção compreende: o debate antropológico em torno da situação de rua no Brasil, a discussão de gênero em relação às mulheres em situação de rua e a gestão da população de rua.

2.1 Debate antropológico

Conforme mencionei na introdução deste trabalho, pesquisas que têm como temática as questões sobre pessoas em situação de rua vêm recebendo crescente atenção de estudiosos nas últimas décadas. Pretendo, nesta seção, apresentar algumas dessas pesquisas do ponto de vista antropológico no Brasil.

Importante ressaltar que no percurso deste levantamento bibliográfico antropológico sobre população de rua no país, me preocupei em buscar em cada uma das obras aqui mencionadas referências sobre o gênero mulher nos textos. O resultado mais detalhado da busca será exposto ao final dessa seção, contudo, conforme houver menção mais específica sobre o tema, apontarei no decorrer da escrita. Em específico me refiro a questões de gênero que representem singularidades em relação aos homens e não, por exemplo, em casos quando a palavra mulher vier apenas compondo um grupo “homens, mulheres e crianças...” ou situações semelhantes.

Delma Pessanha Neves, doutora em Antropologia (UFRJ) e hoje docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, se dedica desde a década de 1970 ao tema da situação de rua e tem vasta produção científica, especialmente em projetos de pesquisa, artigos, apresentação de trabalhos, orientação e participação em bancas. Um dos primeiros artigos “Mendigo: o trabalhador que não deu certo” (1983) foi resultado de pesquisa desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1975 e 1976, período em que a autora realizou entrevistas com pessoas classificadas como mendigos e pedintes, e eram assistidas por instituições que tinham por objetivo a “recuperação de mendigos”. A perspectiva de Delma era que a iminência do desemprego provocava novas estratégias ao

trabalhador, que se via diante da necessidade de readequar seu consumo e sua interação social. Um segmento dos trabalhadores contava com reservas econômicas, relações sociais e afetivas que propiciariam modos de gerir o desemprego. No entanto, parte dos trabalhadores que vivia em condições mais precárias (não possuíam referência familiar, tinham doenças, etc.) estava mais suscetível ao desemprego frequente. Estes últimos teriam mais chances de se tornarem dependentes da caridade, de filantropia e da assistência social estatal. Desse modo, o “trabalhador que não deu certo” seria aquele que não consegue fazer de sua própria força de trabalho uma mercadoria e que também não conta com outras formas auxiliares de manutenção do desemprego esporádico, criando as condições de “virar mendigo” ou “virar morador de rua” (NEVES, 1983 *apud* MELO, 2016).

No artigo “Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos”¹² (1999), Neves analisa a rede de formação complexa que tangencia os representantes das múltiplas ordens que investem na gestão do espaço público e os reconhecidos moradores de rua e os trabalhadores de rua. O texto destaca uma série de mediações necessárias à apropriação da rua pelos pobres, apropriação possível pela negociação diante de uma série de conflitos de interesses. Aborda os limites cambiantes entre o espaço público e privado e a rua como fronteira em movimento:

Pensar a dinâmica da redefinição dessas fronteiras a partir dos miseráveis é tomar emprestado as vantagens espetaculares da situação extrema. Atribuir a eles o lugar de destaque é reconhecê-los como um dos atores fundamentais no atual cenário urbano das megalópolis, embora protagonistas de processos os mais diversos (NEVES, 1999, p. 118).

Neves finaliza comentando sobre as novas formas de sociabilidade dos miseráveis na rua e que a partir dos investimentos na inserção em sistemas de poder altamente hierarquizados, eles se autovalorizam pela aventura diante da adversidade e pela capacidade de respeitar territórios partilhados entre os indesejáveis, os tolerados e os desafetos (NEVES, 1999, p. 133).

No bastante citado artigo “Habitantes de Rua e vicissitudes do trabalho livre” (2011), Neves acompanha as transformações no sistema de posições sociais registradas em dois artigos anteriormente publicados (*Mendigo: o trabalhador que não deu certo* e *A miséria em espetáculo*). Para dar conta dos pressupostos cognitivos daqueles que habitam as ruas e dos

¹² Nominando miseráveis, a autora abarca mendigos, desocupados e menores de rua, e assume a utilização do termo exatamente por ele veicular significações qualificadoras dos estigmas atribuídos a camadas da população que sobrevivem em condições distanciadas do socialmente considerado mínimo vital. O termo miseráveis distingue este segmento dos demais pobres, reconhecidos pela dignidade da apropriação de um espaço habitacional classificado como casa, mesmo que os usufrutos sejam de alcance mais simbólicos. Eles permanecem na rua pela pressuposição da extrema carência, isto é, de que se encontram dramaticamente sob condições de vida socialmente qualificadas como inumanas (NEVES, 1999, p. 117).

modos de enfrentamento político, a autora comparou as análises dos dois artigos, de 1983 e 1995, e refletiu sobre o processo de mudança do catador de lixo em coletor de materiais descartáveis. Ao mesmo tempo, Neves analisou os investimentos políticos produzidos que requalificaram a ocupação, não só pela nova designação desses trabalhadores, mas também pela elaboração de políticas específicas para a população em situação de rua.

No artigo de 2011 Neves descreve algumas situações que demonstram as diferenças entre mulheres e homens no que se refere à mendicância. Para complementar os recursos da família, enquanto os homens trabalham, as mulheres percorrem diversas instituições assistenciais ou buscam sua rede de relações pessoais no intuito de obter itens de vestuário, alimentos e remédios. Desse modo, “passam a dominar uma série de estratégias que lhes permitam assegurar sucesso à sua condição de pedinte” (NEVES, 2011, p. 106) e esse uso da mendicância corresponde, segundo a autora, à incapacidade de desempenho do papel de chefe da família por parte do homem ou à dificuldade em encontrar um companheiro que assuma esse papel. Neves (2011, p. 106) ainda acrescenta que “em virtude dos valores culturais imputados à posição da mulher, ela tem mais oportunidade que o homem de contar com o apoio de uma família, junto à qual trabalhe como empregada doméstica”.

Infelizmente a autora não embasa a partir de exemplos e/ou narrativas que possam justificar sua afirmação, no entanto, essa questão é aventada por algumas pessoas em situação de rua no meu campo de pesquisa e pode ser reforçada considerando as cerca de 275 de mulheres vivendo nas ruas em Porto Alegre, que perfazem 13,8% do total de 2115 pessoas (UNIVERSIDADE..., 2016). Algumas narrativas apontam para o fato de que as mulheres encontram na rua uma última alternativa, esgotadas todas as outras possibilidades – residência de parentes, amigos, conhecidos –, aí então elas buscam nos logradouros públicos um local para viver.

Referência importante também nos estudos sobre população de rua é a doutora em Antropologia Social e Etnologia (Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales) e professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, Claudia Turra Magni. Participou de pesquisa censitária sobre população de rua e possui ampla produção acadêmica sobre a temática, através de projetos de pesquisa e extensão, artigos, palestras e bancas. Sua dissertação de mestrado “*Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*” defendida em 1994, que originou o livro de mesmo nome, faz uma profunda análise genealógica do tema desde a Europa medieval que resgata alguns episódios importantes do contexto que revelam o

“surgimento, multiplicação e organização da população que vive nas ruas, como também as diversas formas pelas quais foram percebidas e tratadas socialmente” (MAGNI, 2006, p. 15).

Nessa pesquisa, Magni apresenta também um apanhado histórico do contexto próprio de sua etnografia, Porto Alegre, sobre a qual desenvolve “uma breve revisão diacrônica” (MAGNI, 2006, p. 25) ao considerar a cidade a partir de sua morfologia. A autora ressalta a presença de três elementos básicos para a formação da cidade: 1) necessidade crescente de domesticação do meio; 2) manutenção da hierarquia de classes, o que se reflete nos espaços (bairros centrais para os mais privilegiados e periféricos para os mais pobres); e 3) sedentarização como condição de domesticação do meio, disciplinamento e controle social dos sujeitos (MAGNI, 2006).

Em sua tese de doutorado *“Images du même et de l’autre: une ethnographie des ateliers artistiques pour des personnes sans domicile à Paris”* (2002), Magni analisa oficinas socioculturais realizadas para as pessoas sem domicílio fixo em Paris. Essas oficinas aconteceram quando a política francesa estabeleceu parceria entre Estado e Terceiro Setor, no decorrer da última década do século XX, com objetivo de estimular a difusão de instrumentos de combate à exclusão. A etnografia realizada entre 1997 e 2002 se dedica às representações criadas dentro e em torno destas oficinas na associação Les Haltes des Amis de la Rue e na l’Antenne des Personnes Sans Domicile du Secours Catholique. Magni buscou compreender as imagens relacionais entre o mesmo e o outro e como se constrói na análise dos processos de elaboração de diferentes linguagens (escrita, cerâmica, vídeo e arte marcial), do relato das pessoas recebidas aos seus trabalhos e das interações sociais verificadas nas oficinas – universo projetado como fato social total.

Em artigo publicado em 1995, Magni analisa a importância do trabalho fotográfico em sua pesquisa e de uma determinada foto do trabalho de campo extrai hipóteses e argumentos concebidos sobre o nomadismo urbano. A partir da foto, de um casal que habitou durante o ano de 1993 a parte de baixo de um viaduto ao lado da rodoviária de Porto Alegre, a autora comenta sobre como um espaço público ocioso foi apropriado e investido de significados diferentes daqueles para os quais havia sido projetado. Isto é, o espaço foi:

territorializado, subjetivado, revestidos e de um sentido e de uma finalidade domiciliar. Ora, esse comportamento revolta e desconcerta os agentes municipais, que, na tentativa de preservar o espaço público (mesmo que ocioso, como neste caso), utilizam-se de diferentes estratégias para desterritorializar os moradores de rua, aumentando assim a mobilidade de suas vidas. A subversão da ordem cidadina não se restringe à confusão entre os domínios doméstico e público. O meio urbano é sedentário por excelência. O surgimento das cidades, como o do Estado, é indissociável do sedentarismo. Assim, a vida de “acampamentos”, sem fixação de

moradia, não se adéqua à noção sedentária de habitação; pelo contrário, constrange, ameaça a sua ordem (MAGNI, 1995, p. 146).

Segundo Magni, a vida em uma sociedade complexa, altamente especializada e hierarquizada, de acordo com muitos, nada tem a ver com as sociedades simples, sem Estado, a que costumamos associar os povos nômades. E para que deixemos de perceber o nomadismo como uma condição primitiva, alienada (no tempo e no espaço) da sociedade urbana torna-se imprescindível que nos afastemos de uma noção evolucionista. As imensas diferenças referentes aos modos de vida dos variados segmentos sociais das sociedades complexas impedem que se aceite uma homogeneidade cultural em seu interior, por essa razão deve-se reconhecer as especificidades dos vários subgrupos para que se possa compreender melhor o conjunto cultural do qual fazemos parte (MAGNI, 1995, p. 147-148).

No sentido de reconhecer as singularidades da população em situação de rua, Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen (2012) se dedicam a analisar a tendência à visão essencialista sobre as pessoas em situação de rua no artigo “‘A situação de rua’ para além de determinismos: explorações conceituais”. O texto integra a obra “*A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*”, que apresenta ainda outras discussões sobre população em situação de rua, como ações e reflexões de atores envolvidos na gestão e execução da Política de Assistência Social. Schuch e Gehlen atuaram como coordenadores do “*Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre*” (2016), que teve como objetivo o recenseamento da população adulta em situação de rua, além de compor um perfil básico dessa população. Patrice Schuch é doutora em Antropologia Social (2005) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora do departamento de Antropologia e do PPG em Antropologia Social da mesma universidade e juntamente com Ivaldo Gehlen, vem realizando desde 2007 pesquisas quali-quantitativas com a população de rua em Porto Alegre, pesquisas essas contratadas pela gestão municipal.

No texto mencionado no parágrafo anterior os autores apresentam que a hipótese para certa tendência à essencialização das pessoas em situação de rua estaria associada a uma correlação entre duas perspectivas sobre o assunto: a primeira baseada na ideia de que estar na rua seria um problema que precisaria de intervenções e práticas de governo com intuito de suprimir tal fenômeno a partir da retirada das pessoas da rua; e a segunda pautada num diagnóstico de causalidades macroestruturais, que subentende as pessoas em situação de rua como os sujeitos da falta. Desse modo, para ter uma visão complexa da situação de rua seria necessário dimensionar as multicausalidades que originam esse fenômeno, “entre as quais

devem ser incluídos processos sociais e históricos, tecnologias de governo específicas e certas práticas dos sujeitos” e reconhecer que a rua se constitui também como um “espaço de produção de relações sociais e simbólicas habitado por sujeitos com agência política que exploram o mundo na instabilidade de seu movimento” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 13).

Os autores ainda fazem uma discussão importante no que se refere às conceituações de população de rua ao contrastarem as divergentes definições do Poder Público e do Movimento Social. Abaixo o conceito apresentado pelos autores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em seu site, que reproduzo aqui:

De acordo com o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 19).

E na sequência a definição proposta pelo Movimento Nacional da População de Rua, de acordo com os autores:

O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 19-20).

Enquanto a definição do Governo Federal percebe a população de rua a partir da pobreza, da quebra de vínculos familiares e ausência de moradia regular, a definição do MNPR enfatiza a luta por direitos, dignidade, protagonismo de seus componentes unidos pela lealdade e solidariedade. Desse modo, os autores afirmam que destacar a agência política das pessoas em situação de rua e compreender a complexidade desse fenômeno é perceber que não há uma essência definidora para essa situação. E que as pessoas em situação de rua “são agentes reflexivos, que não apenas se subordinam aos cenários sociopolíticos e culturais que habitam, mas também produzem relações, práticas e modos de existência nesse espaço social, simbólico e ambíguo da rua” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 22).

Em tese de doutorado recentemente defendida no PPG em Antropologia Social da UFRGS intitulada “*De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por*

direitos”, Tiago Lemões da Silva, tematiza o cenário de visibilidade política nacional de pessoas em situação de rua no Brasil e de organização política dessa população, promovida pelo surgimento do MNPR em 2005. O autor busca compreender os processos que fazem da mobilização social, conduzida por integrantes do MNPR em sua base regional em Porto Alegre/RS, um campo de reivindicação de direitos múltiplos e ambíguos, atravessado por forças ordenadoras e contestadoras mobilizadas por diferentes agentes, instituições, valores e interesses, que inseridos no MNPR-RS, coproduzem condutas, subjetividades, denúncias e ideias de Estado, de direito e de participação política. Silva já havia se dedicado à temática da população de rua em sua dissertação de mestrado intitulada “*Rua, família e afeto: etnografia das relações familiares, sociais e afetivas de homens e mulheres em situação de rua*” (2012), quando realizou uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua no centro da cidade de Pelotas/RS, sob orientação de Claudia Turra Magni.

A partir de um potente relato etnográfico de sua participação enquanto apoiador do MNPR-RS, Tiago Lemões da Silva inicia o texto de sua tese narrando o 3º Encontro Nacional da População de Rua em Brasília em 2015. Do começo de abraços e confraternização ao confronto com a polícia que deixou alguns feridos, passando pelas narrativas de violações expostas durante o evento por pessoas em situação de rua de diversas cidades do país, Silva desenvolve um texto que nos chama a refletir. Ao trazer o histórico dos estudos antropológicos sobre população de rua, o autor aponta que essas reflexões anteriores “mostram a produção de grupos que afrontam, desafiam e desestabilizam valores, classificações e concepções de ordem, trabalho, família e infância” (SILVA, 2017, p. 28) e que as pessoas em situação de rua:

São vidas que continuam sendo produzidas como descartáveis, não apenas por suas supostas “improdutividades” em um sistema capitalista cada vez mais perverso e desigual, mas porque também provocam e desestabilizam valores, certezas e classificações hegemônicas sobre o mundo (SILVA, 2017, p. 27).

A improdutividade colocada entre aspas pelo autor é corroborada por dados da já mencionada pesquisa Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS, realizada em 2016, que aponta que grande parte do tempo em que as pessoas em situação de rua estão acordadas é dedicada a atividades de sobrevivência, em sua maioria informais. Conforme o relatório:

o estudo mostrou claramente que esta população desempenha função importante na cidade, seja do ponto de vista de serviços, seja do ponto de vista econômico e segundo eles afirmam com veemência, exercem importante função ambientalista e

até mesmo de segurança, no sentido de proteção e defesa dos espaços que ocupam (UNIVERSIDADE..., 2016, p. 56).

O relatório traz ainda diversas informações sobre qualificação profissional, cursos profissionalizantes realizados pelos respondentes do questionário e vínculos formais de emprego com registro em carteira de trabalho. Existem ainda dados referentes ao rendimento mensal dessa população, para a qual apenas 1% afirmou não possuir nenhuma renda, enquanto 38,2% afirmou ter ganho mensal de até meio salário mínimo e a maior parte, 69,8% respondeu que possui renda de até um salário mínimo por mês (UNIVERSIDADE..., 2016, p. 61). Tais dados se colocam como importante informação produzida no sentido colaborar duplamente: tanto na tentativa de fornecer subsídios para que o poder público, a partir da compreensão dessa população, possa desenvolver políticas públicas eficientes quanto para que boa parte da sociedade civil – que enxerga pessoas em situação de rua de modo essencialista e muito baseada no senso comum, afirmando que essas pessoas “estão na rua porque querem” e que “não querem trabalhar” – possa repensar sua postura.

Muito dessa visão essencialista da população de rua pode ser atribuída ao Estado, que através dos modos de gestão dessas pessoas (indesejadas) contribui com o preconceito e estigmas em torno delas. Silva (2017), no segundo capítulo de sua tese intitulado “*Os indesejáveis de Porto Alegre do século XX: das políticas de remoção ao nascimento da mobilização pelos direitos da população em situação de rua*”, afirma que:

ao invés de endossar uma difusa invisibilidade das instituições estatais para com as hoje denominadas pessoas “em situação de rua”, os recortes da história do século XX nos mostram que o Estado sempre esteve de “olhos abertos”, produzindo uma visibilidade negativa (práticas de remoção, repressão; instituições de internamento e categorias acusatórias) que, atualizadas no tempo, interferem diretamente nos modos através dos quais a luta pelos direitos dessa “população” é hoje organizada e conduzida (SILVA, 2017, p. 87-88).

A visibilidade negativa implica nas formas como os próprios militantes (pessoas em situação de rua ou apoiadores/colaboradores) reivindicam outros modos de visibilidade política e de participação, eles precisam provar adesão a “certos padrões de normalidade e aquisição de condutas e saberes ideais ao engajamento coletivo” produzindo uma série de “mecanismos práticos e discursivos que contestam e questionam os condicionantes que se apresentam à luta por direitos” (SILVA, 2017, p. 119-120). Isso muitas das vezes pode transformar ferramentas de intervenção em armas políticas e produzir outros saberes, os saberes da rua, que também são potentes.

Em dissertação de mestrado intitulada “O sistema da rua em ação: uma etnografia com moradores de rua em Fortaleza” defendida em 2017, Jorge Holanda tinha como objetivo trabalhar com narrativas de moradores de rua que revelassem os modos como a rua é por eles pensada e vivida. O autor realizou pesquisa etnográfica na cidade de Fortaleza/CE, entre final de 2015 e meados de 2016 e a partir dos relatos de quatro pessoas – Roberto, Josué, Julia e Paulista –, que ao longo do trabalho de campo tornaram-se as interlocutoras-chaves da pesquisa, procurou discutir como algumas categorias nativas são definidas por essas pessoas. Estas categorias são as de *morador de rua*, *sistema da rua* – que dá título à dissertação – e *se virar*. Holanda discute as micropolíticas dessas categorias, apontando para as formas como são operacionalizadas como um saber prático nos trajetos dessas pessoas na cidade.

Diferente de Silva, Holanda preferiu percorrer um outro caminho e buscou “explorar a questão da política não nos meios institucionalizados de ação coletiva, mas nas vivências cotidianas dos moradores de rua, atentando então para as micropolíticas do dia a dia na rua” (HOLANDA, 2017, p. 8).

Embora considere que o conceito “pessoas em situação de rua” pretende reconstituir a agência dessa população ao passo que “moradores de rua” informa certo enrijecimento e “esconde a pluralidade dos usos e sentidos da rua” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 17), o autor decidiu utilizar em seu texto o conceito “morador de rua” baseado na nomenclatura utilizada pelos próprios interlocutores de sua pesquisa (HOLANDA, 2017).

Essa discordância de terminologia para definição de uma mesma população pode ser percebida também no discurso de Fabiano, componente do *Jornal Boca de Rua*, que certa vez explicou para mim e para alguns colegas: “Eu sou morador de rua porque eu moro na rua. Pessoa em situação de rua é aquele cara que tá na rua por um tempo, por uma situação só. Eu moro na rua, sou morador de rua!” (DIÁRIO DE CAMPO, agosto 2016). A fala dele parece supor que pessoa em situação de rua seria alguém que vive provisoriamente nessa situação e não alguém que se declara enquanto morador de rua, este sim, politicamente assumido enquanto tal. A postura de Fabiano enquanto fazia essa fala demonstra mais do que as palavras que aqui redigi: ele inflou o peito e levantou a cabeça quando se referiu a morador de rua, a ele mesmo, militante do MNPR-RS e repórter do *Boca de Rua*; e baixou a voz quando falou em pessoa em situação de rua, com certo desdém. Percebo que essa conversa com Fabiano me autorizou a utilizar morador de rua nos meus escritos, termo que utilizava antes de ler o texto de Schuch e Gehlen (2012) sobre as explorações conceituais em torno da situação de rua, já mencionado anteriormente, e que substituíra por pessoas ou população em situação de rua. Após a fala de Fabiano passei a intercambiar os termos, inclusive nesse

trabalho, de acordo com os usos dos próprios interlocutores: utilizo morador de rua quando me refiro a experiências com os interlocutores e quando falo do Sandubandarilho e uso pessoas e população em situação de rua nos demais contextos.

Dando continuidade ao debate antropológico em torno da população de rua, apresento brevemente tese de doutorado intitulada “*Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*”, de Taniele Rui, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. A autora parte da figura do nória, apreendida como uma categoria de acusação simultaneamente a de assunção que agrupa um segmento de usuários de crack, aqueles que desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção (RUI, 2012).

Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo também possui produções acadêmicas sobre o tema, com artigos que estão citados no decorrer deste trabalho e em sua dissertação de mestrado (2011) “*A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*” abordou as articulações políticas, sociabilidade e luta da população de rua. Defendeu tese de doutorado (2017) intitulada “*Política dos 'improváveis': percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua*”, ainda não disponível para consulta.

Helena Patini Lancellotti em seu trabalho de conclusão de curso (2013) se dedicou a falar sobre a população carcerária feminina que teve trajetória de rua e em dissertação de mestrado (2016) defendida do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS realizou pesquisa etnográfica com o serviço Ação Rua, que atua na abordagem e no acompanhamento de crianças e adolescentes configurados como em situação de rua na cidade de Porto Alegre/RS e com a Proteção Especial de Média Complexidade vinculada à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

Para encerrar cito mais algumas pesquisas antropológicas que tiveram como tema população de rua: Simone Miziara Frangella se dedicou ao tema em sua dissertação de mestrado (1996), quando abordou a sociabilidade de meninas e meninos de rua, e tese de doutorado (2004), para a qual realizou uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Eduardo Martinelli Leal (2008) fez uma abordagem sobre a situação de rua como outro nome para a pobreza.

Na realização desse levantamento bibliográfico, percebi que há uma produção teórica sobre mulheres em situação de rua nas áreas da saúde, psicologia e serviço social. Tal constatação reforça a relevância de uma abordagem antropológica com relação às mulheres

até como forma de deslocar o foco do cuidado, da saúde mental e da assistência e percebê-las enquanto sujeitas sociais e culturais, cujas trajetórias nos mostram modos de resistência (SARMENTO; PEDRONI, 2017, no prelo) a despeito dos diversos obstáculos que enfrentam.

Os trabalhos mencionados nessa seção não desenvolvem reflexões específicas acerca das questões de gênero que envolvem também as mulheres em situação de rua. Suas análises são ricas e potencializam o debate sobre a população de rua em geral, o que de modo algum pretendo criticar. Meu interesse está em justificar a relevância de tratar as especificidades das mulheres em situação de rua como forma de possivelmente contribuir para que suas singularidades fiquem menos invisibilizadas e que suas demandas possam ser percebidas pelo poder público e também pelos próprios homens em situação de rua.

2.2 O gênero e as mulheres em situação de rua

Narrativas de violência e violações como as encontradas na realização da matéria especial das mulheres do *Boca de Rua* reforçam a urgência de dar atenção às mulheres em situação de rua e discutir suas demandas e necessidades, tanto de saúde e assistência, quanto de educação, trabalho e renda. À exemplo do que ocorreu com Rita, que será detalhado no capítulo seguinte, a retirada dos filhos é uma prática comum. Quanto aos espaços de acolhimento para mães e seus filhos existe apenas um Abrigo de Famílias¹³ em todo o município de Porto Alegre, com capacidade para vinte pessoas por período. É evidente que não contempla a demanda existente. Não propiciar abrigagem às mulheres que têm interesse em permanecer com seus filhos e ainda retirá-los de seu convívio com tamanha violência demonstra o descaso do poder público para com essa população.

Embora haja uma grande mobilização dos movimentos feministas na luta pelos direitos das mulheres, conforme já mencionei em texto anterior (SARMENTO, no prelo), o que se observa é que as mulheres em situação de rua não são contempladas nesse discurso.

¹³ Implantado de 2012, em Porto Alegre, o Abrigo para Famílias conta com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando ao desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. Oferece um local de referência com proteção integral, atendimento 24 horas, além do suprimento de necessidades básicas, como alimentação, repouso, higiene e vestuário. No espaço, é elaborado um plano de acompanhamento para cada família, no intuito de construir um novo projeto de vida. Através da rede de atendimento, que inclui escola, Serviço de Fortalecimento de Vínculos, saúde, cursos para formação profissional e encaminhamento para o trabalho, são ofertados serviços a fim de suprir as demandas e necessidades do grupo. Disponível em <www.portoalegre.rs.gov.br/fasc>. Acesso em 10 out. 2017.

Mesmo considerando o modo usual de pensar a vida nas ruas normativamente a partir de duas chaves, assistência e/ou repressão (FELTRAN; ARRETCHE, 2016), se percebe a omissão por parte da agenda feminista no que se refere à assistência para com as mulheres em situação de rua.

Nesta crítica aos movimentos feministas, na qual me incluo, é possível perceber um apagamento das mulheres em situação de rua que não estão abarcadas pela luta no Brasil. Em recente obra sobre violência de gênero contra as mulheres, Barsted (2016, p. 20-21) discorre sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil:

Nesses últimos quase 40 anos, os movimentos feministas têm lutado não apenas pela eliminação das discriminações sociais e legislativas e por ampliação de direito, mas também pela necessidade das mulheres serem titulares de fato dos direitos formais conquistados. Tal processo significa aumentar as potencialidades das mulheres para enfrentar as discriminações [...]. A noção de empoderamento das mulheres indica uma constante atividade de mobilização política em todas as direções – Estado, sociedade e relações interpessoais para mudar políticas, leis, comportamento e valores discriminatórios e construir uma sociedade verdadeiramente plural e democrática.

Evidente que esta é uma luta imprescindível e não pretendo aqui desmerecê-la, não obstante, torna-se necessário questionar para quais mulheres o tal empoderamento realmente chega. Nesse sentido, é importante trazer à discussão a interseccionalidade, como categoria para promover o debate feminista de modo a tentar abranger as lutas das mulheres em situação de rua. É insuficiente tratar mulher como um conceito uno, sem reconhecer que nem toda mulher é branca, de classe média e acadêmica (SARMENTO, no prelo).

Interseccionalidade é um termo cunhado pela professora estadunidense Kimberlé Crenshaw no ano de 1989. Em que pese o conceito já existir, a autora o nomeou e o definiu como:

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Ao afirmar que as opressões promovem o desempoderamento, Crenshaw converge sua posição à noção de que nem todas as mulheres estão compreendidas nos discursos de um feminismo liberal, por exemplo, e é para contemplar as pautas dessas mulheres – não brancas

e pobres - que a intersecção se faz necessária. Perceber que a mulher em situação de rua enfrenta discriminação pelo gênero (machismo), por ser pobre (preconceito de classe) e, em sua grande maioria, por ser negra (racismo) é o ponto chave da discussão que pretende a interseccionalidade. Acrescento neste entrecruzamento de discriminações a situação de rua em si, tendo em vista que 79,4% das pessoas que vivem nas ruas em Porto Alegre, em questionário aplicado por pesquisa em 2016, responderam que são tratados com preconceito pelos portoalegrenses (SARMENTO, no prelo; UNIVERSIDADE ..., 2016).

Outra questão que figura entre as problemáticas de discussão sobre população de rua é a invisibilidade, observada aqui a partir do recorte de gênero. Mesmo naquelas circunstâncias em que as mulheres marginalizadas possuem conhecimento sobre seus problemas e condições de vida, frequentemente há um certo grau de invisibilidade para suas questões (CRENSHAW, 2004).

Além disso, “as pessoas que estão na rua, desvencilhadas de determinados aspectos, são empurradas a uma condição de negação sistemática do reconhecimento de sua humanidade” e as “consequências deste não reconhecimento podem ser observadas através da presença sistemática de investidas violentas, no ato constante de ignorar, humilhar e a própria produção da invisibilidade”. (MELO, 2011, p. 148). Ou seja, conforme já mencionei (SARMENTO, no prelo) “quando as pessoas em situação de rua saem do lugar de invisíveis usualmente passam a ser vistas ou como pobres coitadas, que devem ser cuidadas ou como perigosas, que devem ser reprimidas”. São considerados um problema e como tal devem ser minimizados, contidos, regulados, escondidos (FELTRAN; ARRETCHE, 2016) – o ciclo faz retornar à invisibilidade.

No mesmo sentido da interseccionalidade e como forma de contribuir para o debate sobre o gênero na vida das mulheres em situação de rua é possível trazer a ideia de um feminismo descolonial, proposta por María Lugones, para permitir ver o que está escondido de nossas compreensões acerca de raça e gênero e como essas categorias se relacionam a partir de uma heterossexualidade normativa (LUGONES, 2014). A autora ainda afirma que ao usar o termo colonialidade sua intenção é:

nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos (LUGONES, 2014, p. 939).

Essa perspectiva converge com o que Melo (2011, p. 149) afirmou sobre as pessoas em situação de rua serem “empurradas a uma condição de desumanização, de retirada sistemática da sua condição de humanidade e interlocução”. Ademais, são representações indiscutíveis dessa desumanização os modos como o Estado gerencia as mulheres que fazem da rua seu domicílio, em especial no tocante à violação do direito à maternidade. Afinal, seriam essas mulheres menos humanas e menos dignas de serem mães do que aquelas de classe média ou alta? É inegável a criminalização da pobreza também para esses casos, considerando a grande quantidade de mulheres que tiveram seus filhos retirados – todas com trajetória de rua – enquanto dificilmente a justiça intervém em lares abastados para verificar em quais condições os filhos estão sendo criados (SARMENTO, no prelo).

Isso vai ao encontro do debate proposto por Fonseca e Cardarello (1999) sobre os “critérios particulares que determinam – na reivindicação de direitos – quem é mais, e quem é menos, humano” (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 86). Os quatro rapazes responsáveis por atear fogo no índio pataxó em Brasília em 1997 apresentaram sua defesa justificando o ocorrido como um mal-entendido “a gente não sabia que era um índio, pensamos que era um mendigo qualquer” (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 86). No sentido de compreender os processos de exclusão – objetivo do artigo das autoras –, este caso é utilizado com intuito de discutir como uma categoria, neste caso “o índio”, atinge o status de mais humano e a fala dos incendiários revela um “sistema de classificação que separa os humanos dos não-humanos” (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 87).

Conforme já mencionei (SARMENTO, no prelo), ao renunciar a noção de homogeneidade feminina e considerar as mulheres nas suas diversidades socioculturais, é possível discutir a noção de agência – analisada por parte dos movimentos feministas – a partir das mulheres em situação de rua. Proponho que observemos a realidade das mulheres em situação de rua com a mesma perspectiva que Saba Mahmood (2006, p. 123) reflete o conceito de agência para mulheres do Cairo a partir de uma etnografia no movimento pietista feminino de base¹⁴:

Sugiro que pensemos na agência não como um sinónimo de resistência em relações de dominação, mas sim como uma capacidade para a acção criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas [...] Apenas quando o conceito de agência se desligar do tropo da resistência é que poderão desenvolver questões analíticas que são cruciais para o entendimento dos projectos não liberais, sujeitos e vontades cuja lógica excede a entelégia das políticas libertárias.

¹⁴ Este movimento é composto por mulheres de estatuto socioeconômico diversificado, que se reúnem em mesquitas para se ensinarem mutuamente sobre as escrituras islâmicas, as práticas sociais e sobre as formas de comportamento corporal consideradas apropriadas para a cultivação do ser ideal virtuoso.

É comum a tentativa de quem está de fora intervir na vida de mulheres vítimas de violência no sentido de estimulá-las a se afastarem dos agressores. Com a justificativa de autonomia e empoderamento, se pensa que a agência da mulher está em resistir ao que chamamos de opressão no ocidente – estudo das escrituras islâmicas, uso do véu, etc. – desconsiderando a capacidade de ação dentro das relações de subordinação historicamente configuradas (MAHMOOD, 2006). Tal como comentei anteriormente (SARMENTO, no prelo), frequentemente também se observa essa postura com as mulheres em situação de rua, orientando-as a se afastarem de seus companheiros. O que não leva em conta as dinâmicas de vida dessas mulheres, as dificuldades que se colocam para elas pelo fato de estarem expostas aos diversos tipos de violências e violações na rua. Nesse sentido, a proteção pode vir de um companheiro, mesmo que esse companheiro também seja, eventualmente, agente de violências, conforme capa da já citada edição nº 59 do *Jornal Boca de Rua*:

Na rua, nenhuma mulher dorme sozinha porque corre risco de ser agarrada a força. Na rua, quase todas foram estupradas na infância ou na adolescência. Na rua, o abuso pode vir de qualquer lado: da polícia, dos monitores dos albergues, dos homens que passam a pé ou de carro ou mesmo dos vizinhos da aba... (JORNAL BOCA DE RUA, 2016, capa).

Conforme já apontei (SARMENTO, no prelo), Lugones também aborda a questão da resistência como a tensão entre a sujeitificação e subjetividade ativa, a “noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ↔ resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno” (LUGONES, 2014, p. 940).

Concluindo o debate sobre agenda feminista, proponho ampliar a discussão e apresentar o discurso de Sojourner Truth na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio¹⁵,

¹⁵ Discurso na íntegra: “Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari reze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... (alguém da audiência sussurra “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver

em 1951. Ex-escravizada, a única mulher negra no evento apresenta de modo contundente em sua fala elementos do que chamamos hoje interseccionalidade. Questionando a conjuntura da época, Sojourner pergunta várias vezes “E não sou uma mulher?” se referindo ao discurso dos homens sobre cavalheirismo, afirmando que “ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum!” Desse modo, questiono: as mulheres em situação de rua não são mulheres? (SARMENTO, no prelo).

2.3 Gestão da população de rua

O Estado matou a Rita

Fulano: bah tu viu que a Nega Rita morreu?

Marcelo: eu vi

Fulano: mataram a Rita?

Marcelo: mataram

Fulano: quem é que matou?

Marcelo: o Estado que matou a Rita

Fulano: como assim?

Marcelo: o Estado que matou, não deu atendimento, não cuidou, não fez política pública. O Estado matou a Rita e mata todo dia as mulheres da rua e os homens da rua. Só nos dá a opção da droga e ainda criminaliza a gente. (MARCELO, 2017).

Nesta seção proponho levantar algumas questões sobre as formas de gestão da população de rua, conceituando as tecnologias de governo e apresentando narrativas e fatos ocorridos que mostram como as pessoas em situação de rua percebem essas ações estatais.

Michel Foucault dedicou-se a estudar o poder e os modos pelos quais ele atua nas relações entre pessoas, especialmente entender o poder onde ele não aparece. Interessa ao autor o “como” e não o “porque”, como o poder funciona e considera que seu exercício se dá em rede, transita pelos indivíduos. Em “Aula de 17 de março de 1976” (2016), Foucault apresenta elementos para compreensão das formas de punição no decorrer do tempo, uma reconfiguração dos modos de governar. Disserta sobre como ocorreu a mudança do poder soberano para o biopoder, conceito que interessa aqui. O biopoder age sobre a vida, é o Estado tomando conta do corpo enquanto vida e seu foco está na população, “fazer viver e

com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.” Disponível em <www.portalafricas.com.br/v1/e-eu-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth-e-a-luta-das-mulheres-negras-contra-as-opressoes-0431>. Acesso em: 13 out. 2017.

deixar morrer”. Ao apresentar a biopolítica como a reformulação política do poder do século XIX e início do século XX, Foucault (2016) afirma que as práticas disciplinares a partir de então visam o conjunto dos indivíduos, a população e não mais o sujeito individual. Esta nova reconfiguração sobre a vida – como governar melhor para as pessoas – privilegia o direito à vida e à saúde e tem como objetivo a criação de populações saudáveis; é o poder que vai produzir o bem-estar.

Sobre a biopolítica, o autor afirma:

Disciplina que tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. Depois, essa nova tecnologia se dirige a multiplicidade dos homens [...] na medida em que ela forma uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. [...] Depois da anatomopolítica do corpo humana instaurada no decorrer do século XVIII vemos aparecer o que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana [...] trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. (FOUCAULT, M., 2016, p. 204).

A importância analítica das tecnologias de poder ocorre a partir do investimento nas especificidades das práticas e mecanismos do poder, na ampliação da condição política na vida social. Desse modo, “interessar-se por tecnologias de poder significa pôr em questão conjuntos diversos de constituições de verdades e saberes que passam a ser vistos como sempre investidos por relações de poder e nada têm de neutros” (FONSECA et al., 2016, p. 10).

Tecnologias de governo, termo inspirado nas elaborações de Michel Foucault sobre governamentalidade – esta como formas de controle e gestão de população nas emergentes cidades do século XVII e XVIII na Europa –, como os modos de “intervenção destinadas a guiar, dirigir, orientar, capacitar e regular sujeitos, populações e problemáticas” (FONSECA et al., 2016, p. 10) se difere do conceito de governança, este como “uma sistematicidade das relações e lógicas de governo relacionadas ao ideal de um aperfeiçoamento a partir da atuação do Estado, percebido ele também como sistemático e homogêneo”. É possível compreender as tecnologias de governo como:

formas de intervenção orquestradas através de um agregado de forças (legais, profissionais, administrativas, orçamentárias), técnicas de implementação (capacitação, execução, avaliação) e conhecimentos autorizados cunhados para regular as decisões e práticas de indivíduos, grupos e organizações conforme determinados critérios (FONSECA; MACHADO, 2015, p. 13).

De outro modo, pesquisas etnográficas embasadas pela ideia de tecnologias de governo percebem o Estado “como um resultado das tecnologias de poder e não como um ente transcendente em relações a estas”. O que demanda atenção redobrada às diferentes técnicas, engenharias, engrenagens, materialidades e mediações nas quais as relações de poder funcionam e se exercem (FONSECA et al., 2016, p. 12).

Assim, pensando o Estado como esse resultado das tecnologias de poder proponho analisar o diálogo transcrito no início desta seção, entre dois homens em situação de rua, Marcelo e fulano. A conversa me foi contada em entrevista realizada para a escrita desta monografia, após questionar um post de Marcelo no Facebook, alguns dias após a notícia do falecimento de Rita, que dizia: “O Estado matou a Rita”. Após o ocorrido se fortaleceu entre a população de rua e seus apoiadores o discurso de que a morte de Rita não teria sido causada por uma tuberculose mal tratada, pelo HIV não tratado ou por alguma outra enfermidade oportunista dada sua fragilidade física – mas não só –, mas unicamente pelo Estado. E mais ainda, as narrativas apontavam não uma morte acidental, mas uma morte provocada, pela incompetência dos órgãos de saúde e assistência, através da mão forte de um governo que, por não prover uma vida digna de ser vivida por Rita, a matou.

Refletindo sobre os indivíduos (e populações) que são geridos pelo Estado, Didier Fassin (2009) apresenta o conceito “políticas da vida” como uma ferramenta de inteligibilidade das relações entre o valor da vida como um bem supremo e o valor das vidas, nas existências concretas dos seres humanos. As políticas da vida não estariam interessadas somente em como as vidas são abordadas por tecnologias de governo, mas em como elas são tratadas e avaliadas por dimensões morais, isto é, quais vidas merecem viver (e de quais modos) e quais não merecem viver.

A partir de pesquisas etnográficas, Fassin renova o repertório conceitual dos estudos sobre modos de governo, “torna explícitos os modos de avaliação e diferenciação de vidas, assim como a análise das desigualdades daí decorrentes, integrando a etnografia com as dimensões política a histórica”. Interessam as formas de valorar e diferenciar vidas, formas evidenciadas através de “discursos, tecnologias e dispositivos de avaliação e diferenciação, além dos modos de subjetivação e subjetividades” (FONSECA et al., 2016, p. 12-13).

“Políticas da vida” nasce do diálogo com a obra de Michel Foucault, com a diferença que, para Fassin, o foco deve estar em englobar a experiência e as narrativas dos atores sociais, pois estes não são apenas sujeitos construídos discursivamente, mas sim sujeitos produtores de verdades de si e “experimentam o mundo social em sua complexidade e agência” (FONSECA et al., 2016, p. 13). Fassin afirma como paradoxo o fato de Foucault

nunca ter teorizado a vida como tal ao tratar da biopolítica e que “na verdade o que Foucault chama de biopolítica é a prática de governar [...] populações. Biopolítica diz respeito a tecnologias para regular populações” (DINIZ, 2015, p. 45). Para Fassin, há uma política da vida que não é uma política da população e ele define assim:

A política da vida diz respeito ao sentido dado à vida e à forma de tratar as vidas em várias sociedades. Nessa dimensão ética, na qual estou particularmente interessado, o conceito serve para pensar a discrepância entre o valor da vida – e o valor das vidas – no plural, como a existência concreta dos seres humanos. O que vemos nas sociedades contemporâneas é que, quanto mais celebramos o valor da vida (inclusive em relação ao feto ou ao paciente com morte cerebral), mais desigual parece o valor das vidas entre os países e dentro de cada sociedade (algumas dessas vidas sendo tragicamente amputadas por meio da morte ou do encarceramento). (DINIZ, 2015, p. 45)

As políticas da vida não são apenas uma questão de governamentalidade e tecnologias, mas também de significado e valores. Para Fassin (2009), é perceber a vida como uma série de configurações heterogêneas, a vida não é dada a priori mas operada através de discursos, programas, decisões, ações. A intervenção nas vidas, no lugar de agir como normalizador, produz desigualdades e, desse modo, decide que tipo de vida deve ou não viver. Essa questão nos faz pensar sobre quais seriam as moralidades envolvidas durante todo o percurso biográfico de Rita, que ainda na primeira infância passou a viver nas ruas, frequentou a FEBEM, esteve abrigada e adulta passou pelo sistema prisional. Em cada íterim desses espaços de institucionalização sempre retornou às ruas, e foi em situação de rua que viveu seus últimos meses, a despeito da fragilidade física provocada por “Cinco doença. Eu tenho pedra nos rins, tenho pneumonia, tenho úlcera nervosa, o HIV e agora apareceu essa asma. Essas cinco doença virou tipo uma bola” (SOUZA, 2016). É possível notar a valoração dada à vida de Rita, que só foi reconhecida e tratada enquanto esteve gestante. A preocupação dos aparatos estatais no uso pesado de crack, a ponto de montar uma operação violenta que culminou em sua internação compulsória, se dava unicamente em função da criança, aquela vida inocente que deveria ser salva – em oposição à vida da mulher que a gestava, que deveria ser sacrificada.

Nesse sentido, para Fassin, o que a política faz com a vida – e vidas – não é só uma questão de discursos e tecnologias, estratégias e táticas:

É também uma questão de modos concretos nos quais indivíduos e grupos são tratados, sob quais princípios e em nome de quais morais, implicando quais desigualdades e não reconhecimentos. Em outras palavras, para prolongar a referência de Wittgensteinian, é de fato uma questão de forma, mas é também uma questão de vida (FASSIN, 2009, p. 57, tradução nossa).

Essa questão de vida produz a sua “significação moral e política, tornando problemática a rigidez objetivante de abordagens analíticas que homogeneizam os sujeitos” (FONSECA et al., 2016, p. 13). É importante refletir sobre o modo como seres humanos são tratados e têm suas vidas avaliadas e distinguidas, não somente por tecnologias de governo mas também por dimensões morais relativas à produção dos significados e pela vivência de suas experiências biográficas e coletivas (FONSECA et al., 2016).

Outra importante referência nos estudos das tecnologias de governo é João Biehl, já mencionado na introdução deste trabalho, que por meio de suas etnografias traz a atenção para o emergente, inacabado e incompleto. Sua obra tem como objetivo – em muitos aspectos alcançado – “tomar a antropologia como uma força mobilizadora no mundo que deve fazer funcionar debates produtivos para além dos muros universitários e das conversas entre pesquisadores e estudantes” (SCHUCH, 2016, p. 391), convergindo, assim, com a proposta Fassin de etnografia pública, de que a antropologia tem uma contribuição a realizar no mundo, torná-lo mais inteligível (SCHUCH, 2015, p. 105-106).

Biehl remodela a etnografia ao considerar analiticamente a complexidade dos desejos e vidas as pessoas, inseridas em mundos sociais em constante mudanças. E para isso, reconfigura “aparatos teóricos e metodológicos no sentido de produzir modos de escrita que incorporem tanto a vitalidade das cartografias percorridas pelas pessoas quanto uma atenção ao emergente, *a people yet to come*” (SCHUCH, 2016, p. 392). Uma antropologia do devir, então, não buscaria a perseguição de “projetos individuais ou coletivos articulados e bem definidos, mas na própria ambivalência e contestação de pessoas inseridas em mundos múltiplos e constantemente transformáveis que relacionam economias morais, políticas, mercado e ciência” (SCHUCH, 2016, p. 393). Foi desse modo que se realizou a pesquisa com Catarina, mulher que Biehl conheceu no Vita¹⁶, onde estava internada e era tratada como louca.

João Biehl realiza um percurso semelhante ao de um detetive (BIEHL, 2005, p. 20) com objetivo de compreender o que levou Catarina àquele lugar. Dando sentido à fala tida como confusa pelos funcionários do centro de reabilitação, o autor recuperou a trajetória médica e pessoal de Catarina, teve contato com seu histórico de saúde dos diversos locais por onde ela passou e encontrou seus familiares. No caminho, se deparou com “realidades que

¹⁶ Vita era um centro de reabilitação para dependentes de drogas e também um lugar em que os enfermos e idosos, pessoas indesejadas ou improdutivas eram simplesmente largadas por famílias ou instituições do Estado. (SCHUCH, 2016, p. 397)

estão entre ou além das estruturas formais de governo e medicina que determinam o curso de vida de um número crescente de pobres que não fazem parte de nenhum mapeamento ou política específica e que lutam para sobreviver em vão” (BIEHL, 2005, p. 14-15). E essas realidades acabam performando o Estado como um resultado das tecnologias de poder empreendidas nessas relações.

Catarina e Rita, resguardadas as devidas diferenças de trajetória, histórico familiar, locais percorridos e suas causas, se aproximam na execução prática de certas formas de vida humana, que “acontecem paralelamente às formas de discriminação por gênero, à exploração de mercado, e a um Estado administrado no que podemos chamar de estilo gerencial, que cada vez mais se distancia das pessoas que governa” (BIEHL, 2005, p. 18).

Catarina gerenciada de modos equivocados, era tratada por diagnósticos psiquiátricos quando na verdade sua doença era uma degeneração do sistema nervoso central. Rita negligenciada enquanto pessoa e enquanto mulher, mulher essa que só foi gerenciada enquanto gestava o filho, depois voltou ao local de invisibilidade que o gênero ocupa. Ambas tinham intenções e vontades – uma de que suas palavras e opinião sobre sua doença (das pernas e não da cabeça) fossem consideradas; outra que pudesse criar o filho, que lhe permitissem um tratamento de saúde, de reabilitação –, mas para Rita não foi possível. A antropologia do devir “abraça o desejo como uma capacidade fundamental das vidas humanas e como uma figura crucial para se entender as pessoas e os sistemas nos quais elas estão envolvidas” (SCHUCH, 2016, p. 418) e “é, decididamente, etnográfica e abraça o inacabado” (SCHUCH, 2016, p. 420), mesmo que no caso de Rita se suponha o acabado com sua morte, a tentativa é de que sua biografia e as moralidades percebidas na gestão de sua vida possam dar sentido a outras mulheres e como “elas lidam como essas forças [gerenciais] nos seus projetos de vida e descobrem potenciais para mudanças, ainda que sejam pequenos” (SCHUCH, 2016, p. 418).

Biehl afirma que a antropologia do devir está preocupada em compreender “como as pessoas lutam, fazem e vivem suas vidas apesar de, através de, ou ao longo de forças macroestruturais – seja a história, a política, a economia ou a ciência”, que produzem efeitos de violência e desigualdade em suas vidas. O olhar inspirado no devir percebe como esses efeitos “essas forças que constroem as pessoas são de fato vividas no dia a dia; a maneira como as pessoas acham saídas, algumas aberturas” (SCHUCH, 2016, p. 418).

A agência percebida nas mulheres em situação de rua e sua capacidade de resistência e ação frente às violações, à ineficácia de políticas públicas e violências demonstram esses modos de encontrar saídas; assim como corpo e linguagem de Catarina estavam tomados pela

força dos tratamentos médicos e fármacos, provocando que sua pessoa fosse “desfeita e refeita e destruída” (BIEHL, 2005, p. 18) e Rita com suas cinco doenças que demandavam frequentes internações, elas resistiram, encontraram algumas aberturas. Rita por pouco tempo, mas ainda assim se fazia presente nos espaços e interagiu com os grupos e pessoas mesmo nos períodos mais críticos de dor e dificuldades.

Há um hospital em Porto Alegre que provoca medo entre as pessoas em situação de rua. E foi lá que Rita morreu. As narrativas de muitos informam uma relutância em procurar atendimento médico naquele local, e mesmo passando mal negam o pedido de auxílio da SAMU, pois sabem que serão levados para aquele endereço, que já foi o ponto final de muitos companheiros da rua. Assim como o Vita “este lugar de morte, de deixar morrer em impunidade [...] uma zona de abandono social, não longe do centro de Porto Alegre” (SCHUCH, 2016, p. 398). “Vita é o destino final. Como muitos outros, Catarina tinha sido deixada lá para morrer” (BIEHL, 2005, p. 14) de modo semelhante à Rita, que segundo narrativas de seus amigos e familiares, foi negligenciada pela equipe médica e não recebeu o tratamento de que precisava.

Para encerrar esse capítulo, gostaria de mencionar que, ao trazer os autores e discussões sobre formas de gestão e práticas de governo que se referem às pessoas em situação de rua – e em especial às mulheres –, procurei estabelecer relações entre a teoria e a prática, esta com base nas narrativas as quais tive contato no campo dessa pesquisa. Reunir o debate antropológico, a discussão de gênero e as formas de gestão da população de rua permitiu ampliar o escopo teórico e contribuir de modo efetivo para a argumentação do presente trabalho.

3 UMA PEDRA NO LAGO

"Meu nome é Rita de Cássia. Eu cheguei na rua com 10 anos. Eu fui nascida num banco 24 horas, desses de tirar dinheiro. Perdi minha mãe com 10 anos e meu pai com 11. Minha mãe no Natal e meu pai na tarde de Ano Novo. A minha família não me aceitou, aceitavam só os meus irmãos, e acabei ficando na rua.

Fui pra FEBEM, fui pros abrigos, era menor. Cresci, aprendi um pouco em cada lugar. Daí eu fui presa, fiquei 7 anos na cadeia. Com 17 pra 18 anos, fui presa de novo. Depois que eu entendi a vida na rua, na vida da rua tem que dormir com um olho aberto e outro fechado. Não ter um companheiro, uma parceria pra cuidar de ti à noite, entendeu? Apanhar da polícia, ser humilhado, ser esculachado...

Tudo isso a gente passa na rua. Vou fazer 30 anos, já passei várias, já escapei da morte, já tomei tiro aqui nessa praça. Um irmão meu com 20 anos morreu aqui nessa praça. Morreu um primo meu nessa praça, morreu uma prima minha, tudo com tiro. A única que ainda tá viva sou eu.

Já apanhei de muito vagabundo, já apanhei de muita vagabunda, já tomei tiro da polícia. O que eu passei, a metade ninguém passou. Na sinaleira mesmo, eles fecham o vidro na tua cara. Tocam garrafa de vidro em ti, e tu não pode se defender. Fora os rato que vêm aqui e dão-lhe pau.

E a história na real, na rua, foi um pouco ruim. Porque perdi minha mãe, meu pai e meu irmão. Fora o meu filho que eu amo, que vai fazer 15 anos, perdi todo mundo, e foi quando eu me atirei nas drogas. Comecei a me atirar no crack. Até vender eu vendi, fumava na frente da brigada e não tava nem aí se ia pra cadeia ou não. Não tinha mais o que fazer, não tinha mais força. Meu outro irmão tá cheirando loló, e tá falando sozinho, tá ficando caduco, não tem nem força nas pernas, e já tô sentindo que também vou perder ele. E aí vou me atirar mais."¹⁷

Apresentando Rita

O relato acima, publicado na página do Facebook "POA invisível" em 15 de janeiro de 2015, teve até o presente momento 866 reações, 203 compartilhamentos e 44 comentários. A praça a que Rita se refere é a Garibaldi, que fica no cruzamento dos bairros Cidade Baixa e Menino Deus, zona central de Porto Alegre. Ela também é cenário da foto a seguir, que estampa a postagem na rede social.

¹⁷ Texto disponível na página do Facebook POA invisível, que tem como "objetivo principal dar voz aos indivíduos que encontram-se em situação de rua, não partilhando das mesmas oportunidades e espaços que os demais indivíduos. O trabalho realizado pela equipe encontra-se em andamento e esperamos que o nosso material traga luz aos leitores da página, que consiga quebrar velhos e preconceituosos paradigmas sobre tais indivíduos". Disponível em:

<www.facebook.com/poainvisivel/photos/a.1504643216474190.1073741828.1487065014898677/1545983002340211/?type=3&theater>. Acesso em: 14 dez. 2017.



Foto 2 - Rita Fonte: POA invisível

www.facebook.com/poainvisivel/photos/a.1504643216474190.1073741828.1487065014898677/1545983002340211/?type=3&theater

A citada página no Facebook se dedica a publicizar depoimentos de pessoas que vivem nas ruas de Porto Alegre, a exemplo de experiências em outras grandes cidades do país, como São Paulo. O relato de Rita é um dos mais populares da página, muitos dos comentários são de pessoas que a conheciam da Praça Garibaldi, que residem ou circulam por ali. Como é o caso de Ciça Richter¹⁸:

Eu conhecia ela da rua, morava ali perto da Praça Garibaldi. Aí depois me aproximando do MNPR, do Boca, dela, do pessoal da Garibaldi, comecei a criar um vínculo [...] então tava volta e meia conversando com ela e depois passei a militar no MNPR. Acho que em 2012, 2013, não sei ao certo (RICHTER, 2017).

Ciça conta que quando iniciou o estágio no Centro Pop 1, sempre que possível saía pra acompanhar Rita em espaços de saúde ou o outras atividades que ela demandava. Comenta ainda que haviam saídas que Rita dizia que só faria se fosse acompanhada por ela. Nesse sentido, Ciça e seus colegas começaram a trabalhar a autonomia de Rita, para ir sozinha no posto de saúde da Cruzeiro, onde ela realizava o tratamento para o HIV. E numa dessas

¹⁸ Psicóloga, militante da luta antimanicomial, apoiadora do MNPR-RS e trabalhadora do Ação Rua. Ciça realizou estágio no Centro Pop 1 durante dois anos e nesse período atendeu e se aproximou bastante de Rita.

tentativas foi negado o atendimento a Rita justamente por não estar acompanhada por alguém da assistência. O que a deixou indignada “bah eu poderia muito bem ter quebrado tudo porque era essa a minha vontade, mas eu peguei e saí”, comentou depois (RICHTER, 2017). Esta narrativa mostra as tensões entre diferentes formas de gestão da população de rua seja da assistência ou da área da saúde, evidenciada inúmeras vezes nos discursos das pessoas com quem interagi no decorrer do campo da pesquisa. A contradição entre a tentativa de uma trabalhadora de equipamento da assistência em promover a autonomia de uma usuária e a negativa de um outro trabalhador da saúde produziu uma cena de conflito que impediu seu atendimento. Não pretendo com essa afirmação criticar a postura de nenhum dos trabalhadores envolvidos, embora hajam muitas discussões sobre o sucateamento dos serviços públicos e críticas severas às pessoas que trabalham com população de rua – como se essas representassem forças do mal¹⁹ -, essa é outra discussão. Meu interesse é demonstrar os tensionamentos e sutilezas que permeiam as práticas de gestão num caso específico de uma pessoa em situação de rua e o modo como Rita recebeu a recusa ao atendimento; a vontade de reagir com violência e pleitear o direito de ser atendida e a ação de sair do local e relatar o ocorrido à profissional que a encaminhou.

A primeira vez que vi Rita foi na Praça Garibaldi, numa noite quente de sexta-feira em fevereiro de 2014. Foi numa das primeiras entregas de sanduíche do Sandubandarilho, projeto solidário já citado no primeiro capítulo. Diferente dos guris que interagem, conversavam e riam conosco, Rita só se apresentou, pegou o lanche e saiu. Não nos deu papo nem sorriso. Voltamos à praça todas as noites de sexta-feira, até o final daquele ano e algumas vezes contamos com a presença de Rita, de modo bastante tímido – diferente dela. Era expansiva, comunicativa e divertida. Mas isso eu só fui descobrir depois. Com o passar do tempo, ela já nos reconhecia, mas ainda assim, até o final do projeto, não se aproximava muito. Conseguimos trocar poucas palavras naquele contexto, mas o suficiente para perceber que ela era querida por seus amigos e foi uma das poucas mulheres que tivemos contato na Praça.

Fora da Praça Garibaldi fui encontrá-la novamente no Campus do Vale da UFRGS em abril de 2014. A atividade era promovida pelo projeto de extensão da Antropologia do qual vim a participar posteriormente, mas à época eu estava conhecendo. Pedro Leite (2016, p. 66)

¹⁹ No clássico artigo “Direitos dos mais e menos humanos”, Claudia Fonseca e Andrea Cardarello analisam programas para a institucionalização de crianças e adolescentes na FEBEM-RS e sobre as instituições, afirmam (p. 91-92): percorre quase todas as obras um tom apocalíptico em que os administradores e funcionários das instituições parecem representar as forças do mal. Parece subentendido que se somente fosse possível substituir esses autômatos da instituição total por uma equipe de pessoas “esclarecidas” (cientes, entre outras coisas, das críticas analíticas do pesquisador) as coisas poderiam ser melhoradas. Esse tipo de abordagem tende a reforçar a hierarquia de prestígio que coloca a teoria acima da prática e, por extensão, a sabedoria dos planejadores acima da dos agentes sociais que executam as políticas.

em seu TCC faz um relato sobre esse dia, que me ajudou a lembrar e contextualizar o encontro, visto que eu estava ali como ouvinte apenas:

[...] cerca de nove integrantes foram conosco para o “Bate Papo com o Boca na UFRGS”, evento que aconteceria naquela tarde como continuidade à parceria com o programa de extensão coordenado pela professora Patrice Schuch. Ao chegar no campus, aconteceu novamente a recepção na *salinha* do CECS (Centro de Estudantes de Ciências Sociais), espaço já conhecido por alguns integrantes do jornal. Caminhamos pelo campus para apresentá-los aos visitantes e depois fomos a uma sala de aula onde os *peregrinos* sentaram no lugar do professor e, mais que um “bate papo”, deram uma verdadeira aula para os quase 30 alunos presentes – numa ação performática, sentados na mesa do professor atrás do quadro negro, falaram para os alunos sobre os preconceitos que sofrem nas ruas, as fronteiras que não permitem acessar espaços como supermercados e shoppings; relataram as violências sofridas pela polícia, do mundo da rua; as dificuldades encontradas para acessar albergues e abrigos; e por fim sobre o trabalho e comunicação do jornal Boca de Rua (LEITE, 2016, p. 66).

Nessa atividade pude ver pela primeira vez alguns dos moradores de rua que eu interagia no Sandubandarilho em um outro ambiente fora da Praça Garibaldi. Foi muito interessante vê-los dentro da Universidade, na sala de aula no lugar do professor nos contando sobre seu cotidiano e também sobre o *Boca de Rua*. Saí bastante empolgada com a conversa. Ao final tiramos uma foto com todos que estavam na sala, cujo registro está logo abaixo.



Foto 3 - Bate Papo com o “Boca” na UFRGS - Fonte: CECS Coletivo, Centro de Estudantes de Ciências Sociais
<https://www.facebook.com/141208719359869/photos/a.142141035933304.32251.141208719359869/309056112575128/?type=3&theater>

Em maio de 2015 encontrei Rita em um terceiro espaço diferente e foi nele que passei a conviver com ela dali em diante, o *Jornal Boca de Rua*. Era uma terça-feira fria e nublada, saí do Centro e fui até a Redenção, local onde aconteciam as reuniões semanais. Seria minha primeira participação no *Jornal* e uma das primeiras atividades como bolsista do Projeto de

Extensão. Conforme combinei com Bruno Fernandes - colega do projeto de extensão, que já atuava no *Jornal* há cerca de um ano - cheguei um pouco antes do horário marcado, que era 14h30min. Ele também havia me orientado quanto à localização mais ou menos exata do encontro: na Avenida João Pessoa, nos bancos do parque. Quando cheguei, percebi que haviam algumas pessoas em volta de um banco, me aproximei e as cumprimentei. Sentei num espaço vazio ao lado de uma mulher e puxei conversa. Em seguida o colega Bruno chegou e animadamente apertou a mão de cada uma das pessoas que estavam ali. Com o passar dos minutos foram chegando mais pessoas. Percebi alguns rostos conhecidos da Praça Garibaldi, entre eles o de Rita. Já fazia meia hora que eu estava ali e todos seguiam conversando informalmente, rindo e contando histórias. A seguir, trecho do diário de campo desse dia:

A reunião só tem início quando da chegada da Rosina, jornalista-chefe do Boca, aproximadamente às 15h. Forma-se um grande círculo no gramado da Redenção com aproximadamente 30 pessoas e a Rosina anuncia que a reunião será breve, pois a única pauta é o encontro que aconteceu no dia anterior do jornal com estudantes da UFRGS no Campus do Vale. A atividade mais importante dessa reunião é a entrega da nova edição do jornal, feita por um senhor (que mais tarde soube ser o marido de Rosina) que estacionou na Av. João Pessoa com um fusca vermelho. Antes de começar a pauta, Rosina comentou que havia uma visita na reunião e pediu que eu me apresentasse. Fui pega de surpresa e não tive tempo de ficar muito nervosa ou pensar no que dizer. Disse meu nome, que sou estudante de Ciências Sociais, que conhecia já algumas pessoas dali e que começaria a participar das reuniões do jornal. A Rosina perguntou: “Ah foi tu que me enviou um e-mail, né? Tu está com o cabelo diferente.” Eu realmente descolori meu cabelo há quase um mês, mas nunca havia visto ela antes daquele dia, nem havia enviado e-mail algum. Para não cortá-la eu respondi apenas: “Não sei...” Logo em seguida uma menina que estava ao meu lado me falou: “Não repara, eu venho aqui há 2 meses e ela não sabe meu nome, fui eu quem enviou e-mail pra ela, eu também me chamo Carol.” Após a apresentação, Rosina pediu aos que compareceram ao encontro na UFRGS que comentassem como havia sido a experiência. Rita e outros que não lembro o nome relataram ter sido um bom encontro, pois tinha estudantes de cerca de 10 países e eles comentaram sobre como é a vida das pessoas em situação de rua nesses locais. Na França (onde as pessoas em situação de rua recebem auxílio do governo) aparentemente a situação é pior do que aqui no Brasil. Eles se surpreenderam com as diferenças entre os países e gostaram bastante da atividade. Comentaram da qualidade da comida oferecida a eles no RU e que alguns comeram além da cota. Deram muita risada. Depois começaram a distribuir os jornais, 40 para cada um, e um DVD (comemorativo aos 15 anos do jornal) cada. Enquanto distribuía os jornais, um rapaz (não lembro o nome) me ofereceu um e eu comprei. Logo depois uma moça chamada Raquel me ofereceu o DVD por 20 reais, eu disse que estava sem dinheiro e ela insistiu que eu levasse e pagasse na próxima reunião. Levei. [...] Me despedi dos demais e fui embora. Antes, enquanto eu aguardava para tentar falar com Rosina conversei com a Carol, que é estudante de jornalismo na ESPM e está fazendo o TCC, por isso está participando das reuniões do Boca. Ela disse que entrevista todos que aparecem nas reuniões e pediu para me entrevistar. Perguntou meu nome, idade e o que eu estava fazendo ali. Ela perguntou se eu já conhecia o Boca antes de ser bolsista, eu disse que sim, há muitos anos e que conheço algumas pessoas dali por causa do Sandubandarilho. Ela gravou a entrevista com o celular. (SARMENTO, 05 maio 2015, 2017).

O trecho acima é praticamente tudo que anotei daquele dia. Ainda sem saber muito bem como fazer um diário de campo, anotei o que me lembrava ao chegar em casa. Hoje retornando àquele maio de 2015 vejo a relevância de Rita pra mim, pois apesar de não ser única que eu conhecia pelo nome – tinha mais três pessoas que eu sabia quem eram –, foi a única que mencionei nas minhas anotações.

A vida na rua

Mais do que o relato apresentado no início desse capítulo, Rita fazia questão de contar sobre as dificuldades de viver na rua, especialmente para as mulheres. Nas oportunidades que pude vê-la representar o *Boca de Rua* em atividades externas – e ela era uma das poucas mulheres que fazia questão de ocupar esses espaços – e no próprio *Jornal*, Rita protagonizava relatos fortes e emocionantes de sua vivência, da rua, dos companheiros e familiares. Relatos como os transcritos a seguir:

Nenhum lugar é seguro pra ser mulher. A mulher tem mais risco que o homem. O homem tem como se defender, já a mulher não tem a força que um homem tem. Se a mulher tivesse a força que um homem tem até sim.

A rua pra nós mulher é difícil, a gente tá se arriscando a morrer, tomar pau da polícia, ir pra cadeia por uma coisa que tu não fez.

E eu tenho essa cicatriz no braço que o cara me deu de facão. Na rua a gente passa muito trabalho, passa medo. Tu vai dormir sozinha tu não consegue dormir sozinha.

A moradora de rua passa um trabalhão nas ruas, passa humilhação, passa desgosto, entendeu? Os cara passando a mão em ti, entendeu? Passando a mão no teus peito, na tua bunda, entendeu? E tu não poder fazer nada. De dando tapa na cara, te botando na “quadra” pra tu dar dinheiro pra ele e ele podendo fazer relação com outras mulheres, te abusando. Isso aí do homem poder vender a mulher é um abuso do homem, não dando valor pra companheira que é de anos, casado, daí ele dá na mulher, deixa de olho roxo, tirar os dente da mulher, queimar a mulher, matar a mulher por uma coisinha que não vale a pena, fazendo uma tempestade em copo d’água. (SOUZA, 2016)

As dificuldades das mulheres em situação de rua, tão verdadeiramente apontadas por Rita nesses trechos, correspondem em muitos aspectos às narrativas encontradas na construção da matéria nº 59 do *Boca de Rua*, mencionadas no primeiro capítulo desse trabalho. A necessidade de ter alguém como companhia para não dormir sozinha, a violência promovida tanto pela polícia, quanto por estranhos e até pelos companheiros se mostram questões que perpassam a vida dessas mulheres.

Rita teve sua biografia permeada por encontros com a rua intercalados por processos de institucionalização, desde os abrigos na infância, temporadas na FEBEM, no presídio e em internações hospitalares. Nos intervalos entre esses locais, o destino era certo: a rua. Rita conta um pouco sobre como os modos de habitar a rua já estavam tão fortemente inculcados nela, o que não permitia desejar outra vida que não fosse nas ruas:

Mas nada me conquistou de eu voltar pra casa da minha família, de eu ser outra pessoa, terminar minha faculdade que eu não terminei ainda. Eu falei pro meu irmão que agora que eu conheci a vida louca não adianta tu dizer pra mim parar, voltar pra casa que eu não volto. Eu não gosto de ficar em casa, gosto de ficar na rua, me criei na rua, desde os 6 anos.

[...]

Se fosse pra sair da rua eu queria ter a minha casa. Meu irmão falou que ia me dar uma casa mas eu disse que não adianta tu querer me dar uma casa se eu não fui criada dentro de uma casa. Meus irmãos foram, eu já não fui. Fui criada em abrigo, em cadeia, eu não fui criada em família. Mas eu tive um carinho de mãe um carinho de pai, tive educação, eles me deram educação antes de morrer. Mas pra mim tá dentro duma casa agora com 31 anos vai ser estranho. É estranho porque eu nunca entrei numa casa, desde os 7 anos eu nunca entrei numa casa. Eu visito meus filhos e meus irmãos, mas dormir com eles numa cama vendo uma TV eu não consigo. Eu não consigo porque eu me sinto mal. (SOUZA, 2016)

Sentir-se mal estando em uma casa é uma narrativa frequente entre pessoas em situação de rua. Isso pode estar relacionado aos modos e dinâmicas performados pelo habitar a rua, a partir do tempo em que estão vivenciando essa prática. Dados mostram que 9,9% das pessoas em situação de rua em Porto Alegre está nas ruas há mais de 20 anos, 19,3% de 10 e 20 anos e 18,6% de 5 a 10 anos, perfazendo o total de quase 50% do total (47,8%) (UNIVERSIDADE..., 2016). Certas características e processos experienciados durante muitos anos de vida na rua podem dificultar ou até impedir que os sujeitos voltem a habitar sob o teto de uma casa.

Parceira e protetora das manas

Vários relatos que obtive para este trabalho vão ao encontro da noção de uma Rita como parceria com as manas e de proteção de outras mulheres. Percebi isso em suas amizades, especialmente com Andreia. Durante o tempo que estavam no *Boca de Rua*, andavam sempre juntas, pareciam se divertir na companhia uma da outra. Uma história engraçada sobre Rita e sua amiga foi contada por Ciça Richter, que à época estagiava no Centro Pop 1, em entrevista:

Lembro de uma vez que ela me fez de boba direitinho. A Andreia tinha brigado com seu companheiro Chico e ele tinha ido pra EPA. Aí Rita e ela chegaram pra mim cedinho no Centro Pop dizendo que queriam voltar a estudar. Daí eu achei legal e convidei elas pra ir na EPA e no caminho elas foram me falando e eu fui sacando que a ideia era ir na EPA ver o que Chico tava fazendo. Daí na Escola elas chegaram a preencher documentação de matrícula e tudo e eu super feliz que elas iam voltar a estudar. Mas aí no caminho conforme eu fui percebendo que o interesse era outro eu pensei que ia rolar uma ladaia porque as gurias, a Andreia vai se pegar no pau e a Rita tem umas inimizades na EPA. Aí eu fui falando com elas, bah gurias tô confiando em vocês que não vai dar treta, então segurem. Aí chegou lá rolou um mini bate-boca. Elas ficaram pra almoçar e eu voltei. Aí depois a Rita e a Jaque [diretora da Escola] me falaram que uma gurua quis tentar puxar briga com ela e ela ficou tranqüilinha. E nessa história a Rita foi de parceria da Andreia. Ela tinha isso muito forte, da parceria com as manas (RICHTER, 2017).

Uma narrativa com duas versões bem parecidas também sugerem a ocasião em que Rita defendeu a irmã Sabrina de uma tentativa de estupro. Não se tem muitos detalhes do fato, mas um dos relatos, o de Ciça, acrescenta ainda que Rita teria sido presa por essa tentativa de salvar a irmã da violência “Aquelas histórias que contam, a gente não tem certeza, mas eu gosto de acreditar que sim, que seja verdade” (RICHTER, 2017).

Em trecho do meu diário de campo é possível verificar outra situação na qual Rita protegeu uma mulher, no caso uma menina:

Observei que quando Antônio chegou sentou ao lado de uma menina que eu não conhecia (me pareceu ser nova no Boca, mas como não se apresentou, acho que já era conhecida e talvez estivesse retornando) e que estava ao lado de uma mulher que parecia ser sua mãe. Ela parecia adolescente, ter uns 16 anos. Quando sentou, Antônio simpático (ou galanteador?) estendeu a mão e disse algo que eu não pude escutar devido à distância. Ela ficou séria e pela expressão pareceu não entender o cumprimento. Após alguns segundos estendeu a mão e logo em seguida ficou mais séria ainda e deslocou o corpo para o lado da “mãe”. A reunião acontecia e Antônio tentava o tempo inteiro chegar mais perto dela e ela ia cada vez mais na direção contrária, até que Rita percebeu e gritou para todos ouvirem para Antônio deixar a menina em paz. Todos riram, exceto Douglas que disse que aquilo não era motivo pra rir. Rita então resolveu sentar entre os dois, Antônio e a menina, para “acabar com o problema” como ela disse (SARMENTO, 15 set. 2015, 2017).

Recordo que essa situação me chamou bastante atenção na época, pois convivia com os integrantes do *Jornal* há alguns meses e não havia até então percebido algum tipo de assédio por parte de nenhum dos gurus. Eu observava atentamente a postura de Antônio e estava bastante indignada, não só pelo fato, mas porque a menina parecia bem jovem. Eu achava que era a única incomodada com a situação, até Rita se manifestar e eu perceber que ela também estava incomodada.

Rita sempre foi muito guerreira e muito cuidadora, principalmente das outras mulheres, a mulher que fazia o enfrentamento das violências relacionadas aos homens

geralmente era ela. “Botava respeito nos caras. Quando uma das gurias tava sofrendo alguma violência a Rita apoiava a mulher”. (SILVA, 2017).

Conversando sobre essa força protetora de Rita, Ciça (RICHTER, 2017) confidenciou: “Eu tô grávida e o nome da minha filha vai ser Rita. Esse é um dos motivos que eu quis botar o nome da minha filha de Rita, dessa imagem de uma mulher que briga por outras, essa mulher forte, essa força”.

Boca de Rua

Rita era uma das participantes mais ativas do *Jornal Boca de Rua* e conforme já comentei era uma das poucas mulheres que se posicionava nas reuniões, nas matérias e nos espaços externos para os quais o *Boca* era convidado a participar. Ela não era das mais antigas repórteres do *Jornal*, havia chegado há cerca de 4 ou 5 anos e sua inserção no grupo não ocorreu de modo amistoso, conforme conta Rosina Duarte, editora-chefe e uma das fundadoras do *Boca*:

A Rita chegou no Boca convidada por alguém e ela era muito agitada na reunião. Ela me puteava sempre, eu fiz uma coleção, uma lista de puteada que ela me dava sempre. E sempre no meio da reunião ela enlouquecia, eu nunca sabia bem por quê. E aí tem uma regra no Boca que sempre que uma pessoa faz algum tipo de agressão na reunião, seja física ou verbal ela é suspensa na próxima reunião. Aí eu dizia: calma, Rita, senão vou ter que te suspender na próxima reunião. E não adiantava, aí sim que ela me mandava “vai pra puta que te pariu, velha sem vergonha, não quero mais saber!”. Daí passava duas, três reuniões a Rita voltava, mesma coisa. Aí teve um dia que eu pensei: mas tchê não tá dando certo. Daí eu saí de lá e pensei: não tá dando certo, vou lá falar com ela. Aí eu fui pra praça onde ela ficava. Quando me viu ela disse: “nem vou falar contigo, nem chega perto de mim, não quero saber, velha sem vergonha”. Ela me dizendo horrores e eu esperando aqui. Ela dizia: “não quero saber de ti, que tu quer comigo?” E sentei na praça e fiquei esperando, ela passava por mim e eu esperando. Acho que fiquei uma hora ali sentada e ela passava e perguntava: “o que que tu quer comigo?”
 Eu disse assim: como é que é teu nome?
 Ela: o quê? (muito surpresa)
 Eu: como é teu nome?
 Ela: como assim, ficou louca?!
 Eu: é que é o seguinte, meu nome é Rosina, eu trabalho no Boca de Rua. E eu vim aqui porque me disseram que tu é uma guria muito inteligente, muito legal e eu vim aqui pra te convidar pra participar do Boca.
 Ela começou a dar risada, mas eu mantive [o teatro] e fiquei séria. E ela foi entrando na conversa. Depois me despedi dizendo que ia esperar ela no Boca.
 Aí na terça-feira seguinte ela foi na reunião do Boca. E:
 Eu: ah que bom que tu veio
 Eu mantive o teatro. Apresentei ela pra todo o grupo e ela começou a rir no começo mas depois ela entrou na história. E foi impressionante, existem duas Ritas no Boca de Rua. Antes e depois (DUARTE, 2017).

A pedagogia utilizada por Rosina para atrair Rita para uma participação, digamos, mais tranquila e produtiva no *Jornal* surtiu um efeito positivo e até inesperado. Aquela mulher briguenta, violenta, que xingava todos se tornou uma das figuras mais carismáticas e representativas do *Boca de Rua*. “Rita era uma pedra no lago, reverberava” (DUARTE, 2017). Dificilmente ela passaria despercebida por alguém, Rita ecoava vida e força. O sorriso cativante com seus dentes separados na frente era irresistível quando chegava de mansinho: “Ô Carol, compra uma pipoca, meu filho tá com fome” dizia ela pra convencer que o doce não era pra ela, mas pro bebê na barriga. Como se fosse preciso, como se fosse possível negar um pedido pra ela.

Rita fechava os olhos quando falava. Se perguntavam por que fazia isso, dava risada: “Não sei, sempre fui assim”. Muita gente conhecia Rita porque ela tinha muitos clientes na sinaleira da José do Patrocínio com a Venâncio Aires. Ela era agitada, falava muito e às vezes gostava de recitar o poema “Caminhos que se cruzam” para quem comprava o *Boca*. O poema, feito por ela em parceria com sua prima Didi²⁰, copio na sequência:

Acordei cedo
 E já olhando para o céu
 (...)
 A minha história é única
 Em meio ao zum, zum, zum
 De onde eu vim
 Os ratos faziam festa
 À beira do esgoto sujo
 Um sanga podre aberta
 (...)
 Mas hoje trabalho com o povo
 Das periferias e comunidades
 É o pessoal da rua
 Fazendo sua história
 E o jornal Boca de Rua
 Registrando essa memória
 Mangando no asfalto
 Na sinaleira
 Viver na rua não é brincadeira
 Respeito, justiça e paz
 Nós vamos buscar
 Jornal Boca de Rua
 Veio pra revolucionar!!!²¹
 (BOCA DE RUA, 2017)

Rita se envolvia ativamente com as causas da população de rua, mais através do *Boca de Rua* do que frequentando do MNPR-RS, mas ainda assim participava eventualmente.

²⁰ Não modifiquei esse nome, mantive o apelido pelo qual ela é conhecida, pois esse trecho é parte da matéria do *Jornal Boca de Rua* da edição em homenagem a Rita, publicada logo após sua morte.

²¹ Nesta edição do *Boca de Rua* em homenagem à Rita, a autoria do poema é atribuída a Déko Ramores, educador do projeto EcoSol PopRua. No entanto, em conversa recente, Didi afirmou que criou o poema junto com Rita. Registro aqui o desacordo de autoria, ainda que eu tenha optado por atribuir a elas.

Como ex-aluna da EPA, ela estava presente nos diversos espaços de resistência e luta dos moradores de rua. Na imagem abaixo, dedo em riste, Rita se posiciona de modo contundente frente aos representantes do poder público, em audiência pública realizada na Câmara de Vereadores de Porto Alegre para discutir a reabertura do restaurante popular.



Foto 4 - Rita na Câmara de Vereadores com dedo em riste Fonte: Movimento Nacional da População de Rua - Rio Grande do Sul
<https://www.facebook.com/mnprrs/photos/a.260212120843501.1073741825.258008597730520/650678865130156/?type=1&theater>

À direita de calça roxa, Rita mostra nessa foto um retrato de sua personalidade: guerreira, não levava desaforo pra casa (BOCA DE RUA, 2017). Ela costumava se posicionar de forma bastante incisiva nas suas reivindicações tanto políticas, como o caso do restaurante popular na imagem acima, quanto no *Boca de Rua*. Quando ela percebia que alguma decisão ou postura não era justa, Rita discutia e apresentava seus argumentos de maneira a convencer os colegas.

Luiza Fagundes, colaboradora do *Boca de Rua*, logo após a morte de Rita nos contou como a conheceu. Gentilmente ela colocou o relato em palavras escritas para esse trabalho, que copio aqui:

O dia em que o Boca me abraçou

Era começo de 2015 quando iria a minha primeira reunião do Jornal Boca de Rua, aquela reunião aconteceu no Parque Farroupilha – Redenção. Em torno das 14h cheguei ao local, ainda não conhecia ninguém, e ao entrar na praça me deparei com um grupo de pessoas em situação de rua, ainda sem certeza se seriam integrantes do Boca fui chegando perto, olhando para eles e eles a me olhar, não nos conhecíamos.

Sorte a minha, entre eles estava a Rita, ela logo percebeu que eu não tinha certeza de onde estava chegando e já começou a falar “é aqui mesmo, reunião do Boca de Rua, pode chegar” e me abraçou forte e me deu um beijo. Desde então sinto que se nunca me afastei do grupo é por me sentir abraçada. Sinto que a acolhida que a Rita me deu é muito simbólica e com uma enorme memória afetiva, tem uma grande influência na minha caminhada.

Entre histórias que emocionam como a de Luiza, Rita protagonizou algumas engraçadas, que divertiam a todos. Na sequência, o breve trecho do meu diário de campo na época em que produzíamos a matéria especial sobre as mulheres, nº 59:

Hoje elaboramos mais algumas questões para discutir com as gurias para a matéria das mulheres. Foi sugerido pela Rosina que a gente falasse sobre os homens na vida delas. Então eu perguntei:

- Qual o papel do homem na vida da mulher na rua?

Rita respondeu:

- Dor de cabeça

Todas caíram na risada (SARMENTO, 15 mar. 2016, 2017).

Rita tinha um humor debochado e costumava receber bem as pessoas que chegavam no *Jornal*, mas nem todos recebiam abraços e beijos, como Luiza. Com alguns de nós – eu inclusive –, Rita era reservada.

Certa vez o *Boca* recebeu por um longo período a presença de uma artista espanhola em visita ao Brasil. Io Beiztegi, além de participar das reuniões, se propôs a desenhar alguns dos integrantes do *Jornal*. Os desenhos posteriormente compuseram uma exposição, que foi visitada por vários repórteres e colaboradores do *Boca*. Uma das pessoas desenhadas foi Rita, conforme podemos ver abaixo.



Foto 5 - Rita em ilustração Fonte: Io Beiztegi

Io, a artista, gentilmente me enviou a imagem digital e escreveu um breve depoimento sobre sua experiência com Rita, que transcrevo aqui:

La primera vez que vi a Rita, ella estaba embarazada. Al principio me causaba un cierto respeto y desconcierto, el hecho de que yo no entendiese bien el portugués tampoco me ayudaba. Pero cuando ella escuchó la idea de hacerle un retrato, lo recibió con ilusión. Me acuerdo perfectamente como posaba para la foto, con la gorra que le pidió a otro compañero de Boca. Fue la primera vez que pude ver esa sonrisa sincera que me permitió entender un poco mejor quien era ella. Parecía tímida, pero tenía una mirada atrevida, propia de alguien que ha vivido mucho. Pude seguir observando esa expresión mientras la dibujada. Tuve la oportunidad de apreciar sus detalles. Tenía pequeñas marcas en la piel, distribuidas por la cara. Marcas que pertenecían a todas aquellas historias vividas que formaban su vida. Historias que sin duda, le hicieron ser una de las mujeres más fuertes que ha pertenecido a la gran familia Boca de Rua.

A partir da experiência de desenhar Rita, Io pode compreendê-la tão profundamente que suas palavras descrevem com delicadeza e verdade traços (físicos, mas muito mais da personalidade) dessa mulher com olhar atrevido, próprio de quem muito viveu. As marcas na pele resultado de todas as histórias vividas por Rita, uma das mulheres mais fortes que já integrou o *Boca de Rua*.

Relações familiares

As informações e narrativas em torno das relações familiares de Rita – mas não só dela – contrariam a noção de rompimento ou fragilidade de vínculos, como por exemplo, a já citada conceituação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre pessoas em situação de rua: “trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os **vínculos familiares fragilizados ou rompidos** e a inexistência de moradia convencional regular [...]” (grifos meus) (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 19). Conforme veremos a seguir, viver nas ruas não anula os vínculos familiares e não se constitui necessariamente em rompimento, visto que outros familiares de Rita também fazem/fizeram da rua seu local de moradia e Rita ainda frequentava casas de seus familiares fora da situação de rua.

Desde o início da minha participação no *Boca de Rua* fui apresentada à Sabrina, que também integrava o *Jornal*, como irmã mais nova de Rita. Embora seja comum entre as pessoas em situação de rua considerarem companheiros e amigos como irmãos, mesmo que não tenham laços sanguíneos ou de parentesco oficiais, Rita sempre afirmava ser a irmã mais velha de Sabrina, com quem mantinha uma relação permeada de brigas, de afastamentos e aproximações. Em que pesem as discussões entre elas, que presenciei algumas vezes, era notório o cuidado que Rita tinha com Sabrina, reforçado a partir do relato de Ciça na seção anterior.

Realizei entrevista com Sabrina para outro trabalho que desenvolvi e durante a conversa ela afirmou ser filha da mesma mãe de Rita. Sua narrativa era um pouco confusa, contudo, disse que bem pequena foi com a mãe visitar Rita na FEBEM e garantiu jamais ter perdoado Rita por ter gritado e sido violenta com a mãe nessa ocasião. Ao mesmo tempo em que contava da saudade e da importância de Rita em sua vida – a entrevista foi realizada poucos meses após o falecimento –, se dizia muito magoada por tudo que Rita fez a mãe delas sofrer. Não me deu mais detalhes sobre a infância ou adolescência delas, mas afirmou que Rita sempre a cuidava (SABRINA, 2017).

No *Boca de Rua* conheci um irmão de Rita, Rodrigo, que também era integrante do *Jornal*. Um rapaz negro, simpático, estava sempre fazendo piada. Dizia que era irmão de Rita e de Sabrina, e após muitos anos vivendo nas ruas, havia casado e morava em uma casa na Zona Norte da cidade. Rodrigo e Sabrina eram os familiares de Rita que eu conhecia. Até que acessei um áudio de entrevista que um grupo de estudantes de Pedagogia da UFRGS fizeram com Rita em meados de 2016. Essa entrevista trouxe muitos elementos da biografia de Rita que eu desconhecia, como um irmão falecido e uma irmã gêmea também falecida, além de uma única referência ao pai. A seguir, dois trechos transcritos do áudio:

Perdi meu irmão faz uns 3, 5 anos, foi quando me atirei mais na droga ainda. Porque foi o único que bem ou mal nunca me abandonou. Eu sinto falta dele. A rua pra mim me deu várias coisas mas também me tirou várias coisas. Tirou meu irmão, tirou minha irmã que era gêmea comigo, morreu agora há pouco tempo de overdose, ela botou crack só que não era crack e ela morreu debaixo da ponte. Ela não morava na rua, morava com minha tia. Ela tava com um cara namorado dela e ele deu pra ela só que não era crack, era outra coisa, mas na perícia até hoje tô esperando a resposta que droga que ele deu pra minha irmã pra ela morrer daquele jeito que ela morreu. Faz três dias que eu perdi a minha irmã. A Rita Inajara e eu sinto falta dela, ela não ficava na rua, ela era estudante, ela tinha as coisinhas dela. Até agora não caiu a minha ficha, eu fui no enterro dela. Eu não tive coragem de olhar pra minha tia porque ela vai olhar pra mim e lembrar dela porque nós somos clone uma da outra. Ela morreu bem nova com 31 anos e ela deixou uma filhinha de 3 meses.

[...]

O doutor disse que depressão mata. Eu perdi meu pai com depressão, mesmo ele tendo Aids ele não morreu da Aids, morreu da depressão. Foi mais um desgosto, não cai minha ficha, cada semana que passa eu vou perdendo minha família. (SOUZA, 2016)

O áudio foi gravado no mês de maio de 2016 e todo ele está permeado de dor, de perdas, de mortes. Assim como o relato do POA Invisível no início desse capítulo, Rita reforça a perda de entes queridos como justificativa para o uso mais pesado de drogas “me atirei mais ainda” e como uma espécie de consolo, um alívio momentâneo do sofrimento.

Rita ainda remonta sua estrutura familiar ao trazer a figura do avô:

Meu vô é vivo ainda, me visita às vezes. Eu nunca dependi deles, eu sempre fiz meu corre, juntar latinha, juntar garrafa, vender o jornal do Boca de Rua. Mas eles se preocupam comigo. Porque eu sou soropositivo [...] Agora com essa coisa do HIV eles tão vindo mais me ver, minha família. O doutor disse que se não vim essa semana meu remédio eles vão ser obrigados a me baixar, vou ser obrigada a ficar na UTI. [...] já perderam uma neta podem perder duas. Eu falei pra eles que uma hora todo mundo vai morrer, não vou ficar pra semente. (SOUZA, 2016)

No percurso de toda a entrevista de Rita para o grupo de estudantes de Pedagogia é possível notar uma narrativa que mobiliza categorias como dor, doença, morte, hospital, irmão, família. A impressão é que a debilidade acentuada de Rita estava tão evidente que ela proclamava em palavras aquilo de que seu corpo estava cheio.

Saúde fragilizada

Sabrina certa vez veio desabafar dizendo estar preocupada que a irmã estava usando fralda. Eu não sabia do que se tratava, Rita não se aproximava muito e não chegamos a conversar nada além de superficialidades. No entanto, o áudio traz mais detalhes sobre a fragilidade física de Rita:

Porque eu sou soropositivo, tô usando fralda agora, meu CD4 tá 950, tá tri baixo e eles tão com medo de me perder. E a FASC não trouxe meu remédio, tem que ficar na geladeira o meu remédio, eu tô há uma semana sem remédio. E eu vim na reunião hoje me arrastando, me cagando água abaixo, vomitando. E eu falei pros meus irmãos. Eles tem medo de me perder. A última vez que fiquei no hospital fiquei dois anos e quatro meses por causa do HIV. Eu sou sofrida na rua. (SOUZA, 2016)

Rita começou a usar crack com 14 anos, com 17 anos começou a traficar e a roubar. Após passagem na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, interrompeu a atividade de venda de drogas e permaneceu como usuária. Tentou parar, ficou dois anos sem usar crack, fazia tratamento no CAPS Partenon, então perdeu o irmão e voltou a fazer uso (SOUZA, 2016). Ela afirmou:

O crack eu só vou largar de mão o dia que eu morrer. Porque na cadeia tu usa crack também. Mesmo com esse meu problema de usar fralda, esses bagulho de doença que eu tenho eu não largo a rua de mão, não largo o crack de mão [...] Eu tô me matando eu mesmo, tô querendo morrer de uma vez usando crack (SOUZA, 2016).

Em seguida Rita fala sobre as cinco doenças que tem, conforme já mencionei antes e relata procedimentos realizados:

Eu fiz troca de pulmão, fiz cirurgia, eu tenho um pulmão e meio. Esse pulmão grande tá drenado, eu respiro por um caninho dentro da garganta. Um pulmão tá ajudando o outro. Por causa do crack. Semana que vem tenho que ir de novo, vão me abrir as costas pra tirar o caninho de novo, fazer outra cirurgia, eu paro mais no hospital do que na rua (SOUZA, 2016).

Rita menciona a iminência de uma cirurgia sem explicar muito bem do que se trata. Afirma que o médico não dá certeza do resultado satisfatório do procedimento, mas que ela precisa ser forte para que ele possa realizar.

Eu tenho pedra nos rins, tenho pneumonia, tenho úlcera nervosa, o HIV e agora apareceu essa asma. Cinco doença. Essas cinco doença virou tipo uma bola. Eles querem fazer essa minha cirurgia, retirando essa bola toda, que é um bagulho desse tamanho assim, toda com pus [...] Fica desse lado, entendeu? Daí eu tenho que tirar essa bola aqui e meu irmão tá com medo, porque eu falei pro meu irmão que se eu não tirar essa bola piora e aí ele [o médico] falou pro meu irmão, não posso te dar certeza se ela vai voltar ou não. Falei pro meu irmão que eu vou tirar essa bola, querendo ou não querendo. (SOUZA, 2016)

Ela afirma ter 12 diplomas de cursos realizados, todos guardados com sua irmã. E faz planos de voltar a estudar e concluir o curso de pizzaria, assim “quando eu morrer uma coisa eu deixei pra minha família”. Ao mesmo tempo em que se preocupa em passar pela cirurgia com sucesso e ficar bem, Rita também imagina que o resultado pode não ser positivo e faz planos de deixar sua família com mais um diploma, sobre o qual fala com orgulho.

Oscilando entre momentos de otimismo e de ameaça constante do pior, Rita ainda diz que se passar da cirurgia “vou dar um tempo, vagabundo não para com o crack, vagabundo dá um tempo. Eu vou dar um tempo depois que eu passar da faculdade daí eu volto pra rua” (SOUZA, 2016).

Encerro essa subseção com a transcrição de um trecho da fala de Rita sobre os reveses físicos que sua saúde frágil provoca:

Até pra comer, pra subir lombaa. Meu irmão tava me ajudando a fazer o tri, tá ligado? Me ajuda a fazer o tri, mas como eu não consigo caminhar muito, me dá fraqueza nos ossos, dá fraqueza no corpo, dá preguiça no corpo. Tem dias que eu fico me cagando, tem dias que eu não tenho fralda e me cago todinha na calça, me mijo nas calça, tem dia que eu não consigo ir até o cantinho, até me levantar eu não consigo (SOUZA, 2016).

Filhos

Pelo que pude encontrar de informações, Rita teve três filhos: um menino de 15 anos, uma menina de 9 anos e o bebê nascido em março de 2016, que motivou a internação compulsória já mencionada. Na entrevista do grupo de estudantes de Pedagogia com Rita, uma entrevistadora pergunta:

Estudante: Eles ficam aonde agora?

Rita: Com meus irmãos, deu a guarda agora pro meus irmãos. (SOUZA, 2016)

Em meados de 2015 Rita engravidou. Ela tinha uma relação estável com seu companheiro Gabriel há alguns anos. Rita exibia orgulhosa a barriga conforme ia crescendo. O registro abaixo foi feito por Elissandra Siqueira da Silva²², que gentilmente me concedeu entrevista e disponibilizou a foto.

²² Terapeuta Ocupacional, Mestre em Saúde Coletiva, inicialmente trabalhou com redução de danos com enfoque à população de rua e na assistência social na área de geração de renda. Sua aproximação com Rita se deu a partir da atuação no projeto “Me Apoia Aí”, grupo autônomo, que pensa a promoção de saúde e redução de danos com a população de rua, como ponto de troca e apoio para compor novos modos de pensar políticas públicas, em encontros que ocorriam na Praça Garibaldi semanalmente desde 2013.



Foto 6 - Rita grávida ao lado de Alessandra Fonte: Elissandra S. da Silva

Esse é um dos poucos registros que pude ter contato de Rita gestante. Elissandra diz que a foto foi um pedido de Rita “Tira uma foto minha com o barrigão porque eu não tenho nenhuma” então ela levantou a blusa e a imagem foi registrada.

De acordo com sua narrativa e de outras pessoas entrevistadas para esse trabalho, Rita realizou o pré-natal conforme se deve fazer. Fato que torna a internação forçada mais absurda e horrorosa ainda. Mas o que levou uma mulher grávida a fazer uso excessivo de drogas? podem questionar os mais incautos. A resposta vem através das falas de alguns entrevistados e do diário de campo de Tiago Lemões da Silva, que gentilmente disponibilizou o trecho que irei apresentar mais adiante.

O último ano da vida da Rita, a gravidez, eu pude acompanhar um pouco o processo da retirada do filho, da internação compulsória. Nesse período ela chegou a ficar presa, por um curto período, acho que uns 60 dias. Eu conversei com ela sobre o motivo de ela ter ido presa e ela disse “bah eu rateei, eu não tenho necessidade de fazer isso aí”. Aí quando ela saiu da cadeia disse que ia dar um jeito na vida. Conversou comigo, pedindo se eu poderia interceder junto ao Centro Pop pra ela conseguir o aluguel social “Pra eu poder cuidar desse meu filho”. Eu disse que não tinha esse poder mas que podia tentar de alguma maneira, por outros meios, tentar incluir ela no aluguel social, que não seja pelo Centro Pop. Aí depois da internação compulsória, ela falou assim pra mim: agora que tiraram meu filho, eu não quero

saber de nada. Meio que ela desistiu de viver. Acho que ela ficou desgostosa e se entregou (MARCELO, 2017).

Marcelo, militante do MNPR-RS e repórter do *Jornal Boca de Rua*, teve trajetória de rua por cerca de 10 anos, já foi mencionado anteriormente no capítulo sobre a gestão das pessoas em situação de rua, quando afirmou que o Estado havia matado Rita. Ele traz um relato que conforma muito bem o que aconteceu com Rita a partir da retirada de seu filho. A inscrição de Rita enquanto sujeito de direitos foi negada, ela se tornou visível como mãe mas também foi anulada em seu exercício do papel da maternidade. Ela foi duplamente invisibilizada: primeiro enquanto criança, adolescente e mulher vivendo em situação de rua e depois quando deixou de ser um corpo relevante (gestante) tornou-se novamente invisível para o Estado.

Moralidades podem estar envolvidas no processo de apagamento de Rita enquanto uma vida que importa, para além de gerir um filho, conforme Elissandra conta:

Uma questão que era difícil pra muita gente era ver a Rita usando muita droga, as pessoas ficavam muito mobilizadas, apoiadores e moradores de rua. Não se alimentando em função da droga. Eu vejo que a questão da gestação fica muito apelativo pra algumas pessoas, porque tá é uma mulher, fazendo uso abusivo, tá se prejudicando com isso é ok, aquela coisa do senso comum de tá ali porque quer e tal. Mas daí vê uma barriga aí é um inocente que não tem escolha e aí acham que tem que intervir e da pior forma possível, à força, nunca é algo de construir junto (SILVA, 2017).

O construir junto mencionado por Elissandra seria a tentativa de apoio à Rita, que sequer ocorreu por parte tanto dos gestores da assistência quanto da área da saúde, de ouvi-la. Se isso tivesse de fato ocorrido talvez a história teria tido um outro final. É possível atentar para a tentativa frustrada de atender o pedido de socorro que Rita vinha fazendo nos últimos meses de vida, segundo narrativa de Ciça:

A penúltima vez que eu falei com a Rita ela tava ali na frente do Centro Pop, era um calorão, ela tava só de sutiã. Parecia para alguns que a vestimenta era inadequada, mas ela já estava a algum tempo assim, pedindo socorro. Nesse pedido de socorro ela queria acessar o abrigo Marlene e a avaliação técnica foi que ela não tinha perfil, porque em algum momento anterior ela acessou e só ficou um dia. Ela tava pedindo socorro, ela via que ela ia morrer, todo mundo via. E aí teve uma discussão de equipe que o coordenador disse com outras palavras pra gente ficar tranquilo que a demanda dela é de saúde, pra gente não se sentir culpado por não ter feito nada. Eu dizia então pra articular uma reunião com a saúde e ele dizia que isso já tinha sido feito. Essa frase eu ouvi diversas vezes, mas foi feito em outro momento. E porque foi feito não significa que não precise ser feito de novo. Mas era mais por descargo de consciência de que a culpa não foi nossa (RICHTER, 2017).

Ciça ainda acrescenta “pra mim a grande culpa da morte da Rita não foi dos trabalhadores, foi da precarização dos serviços” (RICHTER, 2017).

As tensões percebidas entre uma demanda ser da assistência ou da saúde, como se as pessoas só precisassem de uma única solução para toda a complexidade da situação de rua não é incomum. Segundo informações do Relatório Final da Pesquisa Qualitativa (2017), as mudanças que o ingresso crescente de pessoas adoecidas na rede de abrigo e albergue ocasiona, tanto em termos de maior tempo de permanência, como na promoção de novas necessidades pode justificar tais ações. Sobre o próprio Abrigo Marlene:

Para os interlocutores do Abrigo Marlene, a característica principal da mudança percebida nesse serviço refere-se justamente a presença de usuários com importantes problemas de saúde, tanto do ponto de vista “físico”, quanto “mental”, que exigem cuidados específicos no âmbito da saúde. Nos seus entendimentos, há alteração do projeto original da entidade, ainda que não formalmente. Eles identificam modificações na metodologia de trabalho, nas regras internas em função das características atuais das pessoas que usam o serviço; entretanto, tais mudanças são vistas como contrariando os propósitos institucionais e sem uma adequada reestruturação da instituição do ponto de vista das condições físicas e de capacitação dos recursos humanos. (UNIVERSIDADE..., 2017, p. 20)

O mesmo relatório aborda a questão das categorias prioritárias e seus tensionamentos com relação ao acesso a certos equipamentos da assistência:

Nos casos dos abrigos, os encaminhamentos são feitos pelo Núcleo de Acolhimento da FASC e os critérios de ingresso muitas vezes são atribuídos a este núcleo. Isto não é vivenciado sem drama nas entidades que recebem as pessoas; algumas dessas consideram insuficientes as informações sobre as usuárias e os contatos com os profissionais que as acompanhavam anteriormente e muitas destacam que não tem ideia se há demandas maiores daquelas atendidas pelas unidades, em função do desconhecimento dos processos de seleção para ingresso. Mesmo nesses casos, certo “perfil” de atendidos é constituído pelas experiências cotidianas nos serviços e, não raro, são discutidos os casos recebidos e as prioridades de acesso. Em todos os serviços são estabelecidas categorias “prioritárias”, como idosos, gestantes, deficientes, crianças acompanhadas de adultos e mulheres (UNIVERSIDADE..., 2017, p. 23).

As informações levantadas pelo Relatório e citadas aqui contrastam com a situação de Rita nos últimos meses de vida, situação relatada por Elissandra, Ciça e Marcelo. Mesmo o perfil de usuários dos equipamentos ter se modificado, não seria o caso de Rita acessar um abrigo pela questão da saúde? Ou então a partir da lógica de categorias prioritárias, sendo ela mulher?

Certamente é preciso considerar a demanda dos trabalhadores de que não houve uma adequada reestruturação da instituição do ponto de vista das condições físicas e de

capacitação dos recursos humanos, o que seria um fator fundamental para a qualificação dos serviços, contudo se percebe que nessas frestas da gestão, vidas como as de Rita não puderam ser poupadas.

Apresento agora trecho do diário de campo de Tiago Lemões da Silva, que ao tomar conhecimento que eu desenvolvia pesquisa sobre as especificidades das mulheres em situação de rua, compartilhou suas anotações de uma conversa cujo tema central era a situação de Rita, à época grávida de oito meses:

Enquanto comíamos, Vanessa, Célia, Marcelo e Maria falavam sobre a Rita e as barreiras que ela coloca para que seja tratada e receba ajuda e cuidado. Rita está grávida de oito meses e continua usando drogas. Segundo Vanessa, Rita está sendo interpelada por todos os lados, mas ela não quer saber, “só está no uso, só no uso”. Segundo Vanessa, a questão do internamento forçado só acontece quando a pessoa está atentando contra a própria vida, e no caso dela, o que estaria em jogo era a vida de um inocente também. Célia lembra que Rita está com medo que tirem a criança dela, pois isso aconteceu quando ela teve outro filho [...] Na opinião de Célia, Rita já sabe que isso vai acontecer novamente. Maria afirma, por sua vez, que “Rita vai dar o filho dela. Ela mesma já disse que vai dar”. Célia, no entanto, contrapõe Maria afirmando que na verdade Rita pensa em deixar o filho com a irmã. Vanessa fala novamente que já foram tentadas todas as estratégias com Rita e que ela só “fazendo o consumo”. Lembrei na hora do impacto que me causou ver Rita usando loló com uma barriga enorme, confrontando toda minha lógica de cuidado associado à gestante e à figura da mãe. [...] Vanessa deu o exemplo de uma usuária de crack que não deixou a equipe de redução de danos se aproximar em nenhum momento [...] Vanessa entendeu que todas as barreiras colocadas pela moça se deram pelo medo de que lhe tirassem a criança. Era uma postura de proteção e não de “negligência” com o filho. O exemplo serve como parâmetro para pensar o caso de Rita, que pode estar tanto negligenciando a gravidez por saber que o filho não ficará com ela, quanto pode estar justamente protegendo a criança contra isso. Ou as duas coisas (SILVA, DIÁRIO DE CAMPO)

Modifiquei os nomes das pessoas envolvidas na conversa, pois não entrei em contato com elas para pedir autorização de uso de seus nomes, como fiz com outros entrevistados desse trabalho. O diálogo apresentado no trecho acima traz reflexões sobre as intenções – conscientes ou não – de Rita permanecer fazendo uso de drogas durante a gestação. Conforme Tiago comenta Rita poderia estar tanto negligenciando a gravidez pelo fato de ter certeza que o bebê não poderá ficar com ela, quanto pode estar justamente protegendo a criança contra essa possibilidade, para que pudesse talvez ter melhores condições de vida. Ou ainda as duas coisas ao mesmo tempo, numa espécie de confusão não consciente, assim como já comentei de Rita sobre a cirurgia, na incerteza do que poderia estar reservado para ela.

Após a internação e o parto, ficamos sabendo por Rita que o bebê foi entregue para seu irmão. De março a maio de 2016 houve uma perceptível piora no quadro de saúde de Rita, que se afastava e retornava às atividades do *Boca de Rua* nos períodos de internações e

tratamentos médicos frequentes, até novembro quando faleceu. Muitos amigos e colegas do *Jornal* repetiam que Rita começou a morrer quando tiraram o bebê dos braços dela.

O final

Algumas entrevistas que realizei sugerem que a causa da morte de Rita tenha sido complicações do HIV, ainda que não tenham certeza. O fato que é as cinco doenças mencionadas por Rita a debilitaram rapidamente e a levaram a um quadro irreversível.

A última vez que vi Rita foi em 27 de setembro de 2016, uma terça-feira na reunião do *Boca*. Excepcionalmente eu não estava lá apenas para participar da reunião como fazia todas as semanas, naquele mês de setembro eu havia me afastado para me dedicar ao trabalho de campo do Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS, já mencionado anteriormente. Atuei nessa pesquisa como supervisora de campo e nesse dia, conforme mapeamento da coordenação de campo, fui com a equipe de entrevistadores aplicar o questionário entre os componentes do *Jornal*. Ao final da reunião, estava no pátio da EPA e Rita veio até mim e pediu para tirar uma foto comigo. Positivamente surpresa aceitei de imediato e pedi para alguém fazer o registro com meu celular, que reproduzo aqui:



Foto 7 - Rita e Caroline Fonte: Arquivo pessoal 27 set. 2016

Mal sabia que aquele encontro, com pedido de foto, seria nossa despedida. Rita faleceu no dia 13 de novembro de 2016, mas só fomos informados – colegas e familiares – dois dias depois, no feriado da Proclamação da República. Todos ficamos muito indignados com a negligência do hospital em demorar dois dias para informar seu falecimento.

O enterro foi providenciado numa ação conjunta entre *Boca de Rua*, através de Rosina Duarte e o Centro Pop 1, que foram atrás da documentação necessária para encaminhar um enterro popular no Cemitério Campo Santo. O breve velório teve início às 14h da quarta-feira 16 de novembro e logo em seguida ocorreu o enterro. A despedida de Rita, com caixão fechado, foi uma das cenas mais tristes que presenciei. Seu irmão Rodrigo, sua prima e suas amigas eram os mais emocionados e consternados pela perda precoce da companheira. Colegas de *Boca de Rua*, colaboradores e pessoas em situação de rua e amigos se somaram na caminhada até a sepultura, entre choros, gritos e uma tristeza que parecia infundável.

Na volta do cemitério, seu companheiro Gabriel pediu que Luiza Fagundes e eu o acompanhássemos até a Paróquia Sagrada Família, próxima à Praça Garibaldi, para marcar uma missa em sua homenagem. Aproveitando a foto do post do POA Invisível, Luiza fez um convite da missa para que pudéssemos divulgar entre as pessoas que gostavam de Rita:



Foto 8 - Convite da Missa de Sétimo dia da Rita Fonte: Luiza Fagundes

Além da missa, outra homenagem foi feita para ela, o “Sararau sem Rita”. O evento, promovido pelo grupo “Me Apoia Aí” contou com exposição de fotos de Rita e de Zé Mauro – outro colega do *Jornal* que havia falecido recentemente –, faixas pintadas e teve a Rádio na Rua²³, com espaço para música e depoimentos em plena Praça Garibaldi. Vários amigos que estavam afastados também se reaproximaram do *Boca*, foi uma bela herança que a Rita deixou (BOCA DE RUA, 2017). Um registro fotográfico do Sararau:

²³ Rádio Na Rua: A rádio das pessoas em situação de rua. É de Porto Alegre. Nasceu dentro de um projeto cultural do Circo da Cultura em parceria com a FASC/CentroPop para desenvolver canais de expressão para os usuários do serviço com o oficinairo (músico e psicólogo) Alexandre Missel. A rádio, funcionou como uma oficina que pretende capacitar os participantes para o manuseio de equipamentos de áudio e o desempenho oral na condução de variados programas radiofônicos. Os encontros eram semanais e duravam 2 horas. Mas a intervenção principal da Rádio na Rua é a ocupação de espaços públicos da cidade - através de músicas, informações, relatos de experiência, troca de vivências, entre outros assuntos e atividades, cria-se um campo de trocas e fabricação de escuta mútua. As pessoas da rua são entrevistadas. Além da população de rua se expressar, divertir, cantar, discursar, também inclui os transeuntes no roteiro da programação. O comércio no campo de visão da rádio é divulgado, principalmente os ambulantes e informais. A Rádio Na Rua se coloca ao lado da população de rua como mais uma ferramenta de afirmação da vida, de compartilhamento da existência, de ampliação de preceitos morais, de preceitos sociais, de busca de cumplicidades, parcerias, empatias. Disponível em < www.facebook.com/pg/radiopopulacaoderua>. Acesso em 10 dez. 2017.



Foto 9 - Sararau sem Rita. Fonte: Me apoia aí
<https://www.facebook.com/meapoiiai/photos/a.710269295785362.1073741827.710257349119890/1128112027334418/?type=3&theater>

O *Jornal Boca de Rua* também fez uma bonita homenagem à Rita, dedicando a ela a capa e algumas páginas da edição número 62, lançada em janeiro de 2017. Na capa se lê:

Rita no coração

O último recado de Rita para o Boca de Rua, pouco antes de ser internada, foi: “Não posso ir na reunião porque preciso fazer um curativo no coração”. Ninguém sabe o que ela quis dizer. Talvez falasse da dor no peito provocada pela tuberculose. A verdade é que ao partir, em novembro passado, ela deixou todos com o coração partido e sem curativo para aliviar a dor.



Foto 10 - Rita no coração

Fonte: Blog Jornal Boca de Rua <https://jornalbocaderua.wordpress.com/>

A perda de Rita provocou deslocamentos nas próprias formas de habitar os espaços da rua por seus amigos, conforme conta Elissandra:

Algo muito interessante que aconteceu com a morte da Rita, o efeito disso no grupo, pra mim foi muito impactante chegar lá [na Praça Garibaldi, onde ocorriam os encontros do “Me Apoia Aí”] e eles não estarem mais instalados no mesmo lugar que tavam há muito tempo. Daí a gente vai pra praça e começa a conversar e o Chico “não dava pra ficar ali, a gente decidiu sair dali porque não dava, era muita lembrança, ali sem a Rita não faz sentido e aí então a gente decidiu vim pra cá”. Aí se instalam eles todos naquela praça em frente ao Nacional. Isso fala bastante do vínculo que eles tinham ponto de mobilizar eles todos a saírem dali e não ficar ninguém. Migram com a morte dela. (SILVA, 2017).

Até hoje, mesmo passado mais de um ano de sua morte, ninguém mais ocupou aquele espaço onde Rita dormia e passava os dias, onde cozinhava na lata, entre outras coisas sua comida favorita, arroz com gordurinha (que o açougueiro guardava pra ela). Ficou um vazio. Naquela esquina e em todos nós.

Quando eu era feliz e não dei valor, agora eu quero ser feliz e não consigo ser feliz.
[...]
Eu agradeço por ter chegado nos 31 anos, tem muita mulher que não chega nos 31 anos. Muita gente já morreu.
(Rita de Cássia Pereira de Souza, 2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos de percorrer as narrativas em torno da biografia de Rita era a possibilidade de evidenciar como e por quê sua vida se encaminhou do modo como foi descrito no terceiro capítulo desse trabalho. A saúde fragilizada, muito prejudicada após a retirada de seu filho, pode ter causado sua morte tão precoce. Entretanto, é preciso considerar todos os caminhos trilhados enquanto mulher, negra e pobre, não só por Rita mas também por outras mulheres com trajetória de rua, cujas biografias em muito se assemelham a dela.

As questões expostas no primeiro capítulo sobre a matéria nº 59 do *Boca de Rua*, as discussões elencadas no eixo teórico e, por fim, as narrativas sobre a biografia de Rita fornecem argumentos que se constituem em respostas para a pergunta de pesquisa apresentada na introdução desse trabalho. A experiência da rua *não* pode ser vista como homogênea haja vista a complexidade das questões de gênero percebida em relatos/falas/trajetórias das mulheres que fazem do espaço público o seu espaço privado.

No caminho de pesquisa foi possível constatar – por multicausalidades que não contêm justificativas simples, mas que foram comentadas nesse texto – a inexistência e/ou ineficácia de políticas públicas específicas para as mulheres em situação de rua. À exceção do pré-natal, que se apresenta mais como uma forma de anular a mulher em detrimento da salvaguarda do filho (como se fossem causas excludentes entre si), o que sobra para elas? A dimensão de gênero é constitutiva da experiência da rua, pois os corpos femininos são duplamente invisibilizados. Ou, quando percebidos, são violados: violência de gênero e violação do direito à maternidade.

O segundo capítulo buscou interseccionar, sob o ponto de vista teórico, os debates antropológicos sobre pessoas em situação de rua no país, as discussões de gênero e as formas de gestão de populações, em especial os que habitam as ruas. No primeiro eixo foi possível perceber, conforme já apontado, a invisibilidade do gênero na produção acadêmica ao mesmo tempo em que no eixo de gênero as mulheres em situação de rua estão ausentes das discussões atuais. Assim sendo, a presente pesquisa colabora no sentido de conectar esses dois temas: o gênero e a rua.

A vida na rua, Parceira e protetora das manas, Boca de Rua, Relações familiares, Saúde fragilizada e Filhos revelaram, através das narrativas, o percurso de Rita até *O final*. Afirmções com as de Marcelo, de que o Estado matou Rita, ecoam até hoje entre seus colegas e amigos, e trazem à reflexão – também presente nesse trabalho – as falhas, involuntárias ou não, nas formas de gestão das mulheres em situação de rua. Tantas Ritas,

assim como Catarinas, habitam zonas de abandono social, sejam elas instituições psiquiátricas, abrigos, casas prisionais ou a própria rua; locais ocupados por pessoas indesejadas, cujas histórias (desejos, palavras, pedidos de ajuda) dificilmente são consideradas.

Procurei, através da presente monografia, demonstrar que Rita, afetada por um conjunto de forças comum a outras mulheres em situação de rua, também mobilizou aspectos distintos em sua trajetória, pois cada pessoa traz consigo características específicas. A parceira de rua, a militante do MNPR-RS, a repórter do *Boca de Rua*, a neta, a irmã, a filha, a mãe, todas essas mulheres em uma só fazem de Rita única e singular.

Foi a singularidade de Rita que muito motivou a intenção e o processo de escrita desse trabalho, que, além de um produto final de um curso de graduação, pretende se constituir como uma homenagem a essa mulher incrível que ela era. Tenciono que tal homenagem possa ser efetivada também – e principalmente – através do exercício de etnografia pública (FASSIN, 2013) que procuro aqui realizar: que as questões que afetam as mulheres em situação de rua ultrapassem os muros da academia e sejam discutidas por públicos cada vez mais amplos. Que a apreensão, apropriação, discussão, contestação e utilização dos resultados dessa pesquisa realmente ocorram, que mais pessoas, grupos e instituições percebam a relevância do recorte de gênero em suas demandas. A intenção, nesse sentido, é de que também gestores públicos atentem para as questões da população de rua e que os princípios e diretrizes da Política Nacional para a População de Rua sejam efetivamente implementados, em constante diálogo com a própria população, valorizando também o que eles têm a dizer.

Pensando na construção de políticas públicas que busquem valorizar as experiências das pessoas por elas afetadas, concluo com uma breve reflexão sobre a frase de Carlos, militante do MNPR-RS, quando da apresentação dos dados do *Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS*, pesquisa já citada nessa monografia: “O que para vocês era um trabalho, para nós é nossa vida”²⁴. Almejo que, ao discutir dados, números e indicadores no intuito de planejar políticas, tenhamos sensibilidade e não deixemos que nosso trabalho se sobreponha à vida das pessoas. E que possamos alinhar pesquisa e militância com o compromisso de que vidas importam e que a vida de Rita nos lembre constantemente disso.

²⁴ Disponível em <www.sul21.com.br/jornal/populacao-em-situacao-de-rua-e-3-vezes-maior-do-que-apresentado-pela-fasc-diz-movimento>. Acesso em 01 nov. 2017.

REFERÊNCIAS

BARSTED, L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C.; TAVARES, M. (Orgs.). *Violência de gênero contra mulheres: duas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 17-40.

BIEHL, João. A vida cotidiana das palavras: a história de Catarina. *Cadernos da APPOA*. Porto Alegre, nº 140, 2005, p. 14-29.

_____. Antropologia do devir: psicofármacos, abandono social, desejo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 413-449, 2008.

BORGES, Renato Levin. *A grande saúde peregrina: vidas que constituem o jornal Boca de Rua*. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Porto Alegre.

BRASIL. DECRETO 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

COSTA, Caroline A. P. *Os critérios da rua: a lógica jornalística e a produção de notícias do Jornal Boca de Rua*. Porto Alegre :ESPM, 2015. Plano Monográfico (Graduação) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, Departamento de Comunicação Social.

COSTA, Fernanda B. *Mídia cidadã?: um estudo do Jornal Boca de Rua e a cidadania comunicativa*. Porto Alegre: Centro Universitário Ritter dos Reis, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro Universitário Ritter dos Reis, Faculdade de Comunicação Social.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

_____. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>>. Acesso em: 10 out. 2017.

DINIZ, Debora. *Didier Fassin entrevistado por Debora Diniz*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

DUARTE, Rosina. *Entrevista com Rosina Duarte*. Entrevistadora Caroline S. Sarmento. Porto Alegre, 28 nov. 2017.

FASSIN, Didier. Another Politics of Life is Possible. *Theory, Culture and Society*, v. 26, n. 5, p. 44-60, 2009.

_____. *Why Ethnography Matters: on anthropology and its publics*. *Cultural Anthropology*, 28: 621–646, 2013.

FAVRET-SAADA, Jeanne. *Ser afetado*. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n.13, 2005.

FELTRAN, G.; ARRETCHE, M. Apresentação. In: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (Orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 7-8.

FERNANDES, B. G.; SCHUCH, P. Enunciações, intervenções e tensões: a experiência de engajamento em coletivos vinculados à população em situação de rua em Porto Alegre/RS. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, v. 2, p. 38-44, 2015.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 10, p. 83-121, maio 1999.

FONSECA, Claudia, 2008, O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’, *Teoria e Cultura*, v. 2, n. 1 e 2, jan./dez. 2008, p. 39-53.

FONSECA, C; MACHADO, H. Apresentação. In: _____ (orgs.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: CEGOV, 2015.

FONSECA, C. et al. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 46, p. 9-34, jul./dez. 2016.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

HOLANDA, Jorge Garcia de. *O sistema da rua em ação: uma etnografia com moradores de rua em Fortaleza (CE)*. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017.

INGOLD, Tim. Anthropology is not ethnography. In: _____. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. Londres: Routledge, 2011, p.229-43.

JORNAL BOCA DE RUA, edição nº 59, 2016.

JORNAL BOCA DE RUA, edição nº 62, 2017.

LANCELLOTTI, Helena. *Do povo da rua à população carcerária: mulheres, rua e prisão*. Trabalho de conclusão do curso de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

_____. *Tecnologias de governo, infância e rua: um estudo sobre as categorias e as práticas dos serviços que acompanham crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

LEITE, Pedro Ferreira. *Na luta com os peregrinos: uma etnografia experimental com a população em situação de rua de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Antropologia.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MAGNI, Claudia Turra. *Images du même et de l'autre: une ethnographie des ateliers artistiques pour des personnes sans domicile à Paris*. Thèse de Doctorat. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002.

_____. *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

_____. O uso da fotografia na pesquisa sobre habitantes da rua. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 141-149, jul./set. 1995.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, vol. X, n.1, p. 121-158, 2006.

MARCELO. *Entrevista com Marcelo*. Entrevistadora Caroline S. Sarmiento. Porto Alegre, 28 nov. 2017.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. *A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*. Curitiba: UFPR, 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Ciências Humanas, Letras e Artes, Antropologia Social.

_____. Mundos que refugam, ruas como refúgio: reconfigurações no perfil social da população em situação de rua. *Revista Florestan Fernandes*, ano 3, n. 1, p. 10-31, 2016.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. dados - *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

NEVES, Delma Pessanha. Habitantes de Rua e vicissitudes do trabalho livre. *Antropolítica*, v. 2, p. 100-130, 2011.

_____. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. *Ciência Hoje*. SBPC. ano 1, n. 4, p. 28-36, jan./fev. 1983.

_____. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Caderno CRH*, Salvador, n.30/31, p. 111-134, 1999.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. *Etnografia: saberes e práticas*. In: Pinto, Céli Regina Jardim; Guazzelli, César Augusto Barcellos. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

RICHTER, Ciça. *Entrevista com Ciça Richter*. Entrevistadora Caroline S. Sarmento. Porto Alegre, 23 nov. 2017.

RUI, Taniele Cristina. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Campinas: Unicamp, 2012. Tese (Doutorado) –Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

SABRINA. *Entrevista com Sabrina*. Entrevistadora Caroline S. Sarmento. Porto Alegre, 25 abr. 2017.

SARMENTO, C.; PEDRONI, G. Vulnerabilidade e resistência: um estudo sobre as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13, 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2017. No prelo.

SARMENTO, Caroline Silveira. *Diário de campo*. Anotações realizadas no período de 5 de maio de 2015 a 30 de novembro de 2017. Porto Alegre, 2017.

_____. *O gênero e a rua: reflexões a partir de uma pesquisa militante com mulheres em situação de rua*. (No prelo).

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, A.; OBST, J.; SILVA, M. (Orgs.) *A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 11-25.

SCHUCH, Patrice. Antropologia pública: a ética da inquietude no trabalho de Didier Fassin. In: DINIZ, Debora. *Didier Fassin entrevistado por Debora Diniz*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2015.

_____. Antropologia entre o inesperado e o inacabado: entrevista com João Biehl. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 46, p. 389-423, jul./dez. 2016.

SILVA, Elissandra Siqueira da. *Entrevista com Elissandra Siqueira da Silva*. Entrevistadora Caroline S. Sarmento. Porto Alegre, 16 nov. 2017.

SILVA, Tiago Lemões da. *Família, rua e afeto: etnografia das relações familiares, sociais e afetivas de homens e mulheres em situação de rua*. Pelotas: UFPel, 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Sociologia e Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

_____. *De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

SILVA et al. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de História de Vida. In: *Mosaico – estudos em Psicologia*, v. 1, n. 1, 2007, p. 25-37.

SHORE, Cris. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la ‘formulación’ de las políticas. *Revista Antípoda*, n. 10, jan./jun. 2010.

SOUZA, Rita de Cássia Pereira. *Entrevista com Rita de Cássia Pereira de Souza*. Entrevistadoras Sabrina Ândrea dos Santos, Mariana Quadros e Aline Fernandes. Porto Alegre, maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre, 2016. 103p. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=120>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. *Relatório Final da Pesquisa Qualitativa*, estudos quanti-qualitativos população em situação de rua de Porto Alegre: visitas etnográficas, grupos focais, acompanhamento de eventos e fóruns de discussão sobre políticas. Porto Alegre, 2017.

VÍCTORA, Ceres. Uma ciência replicante: a ausência de uma discussão sobre o método, a ética e o discurso. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 20, n. 1, p. 104-112, 2011.